

The background of the entire page is a dense, close-up photograph of green leaves, likely from a laurel tree, showing their characteristic elongated shape and prominent veins. The leaves are layered, creating a textured, organic pattern in various shades of green.

2020

Relatório e Contas

1. Introdução

O Conselho de Administração da Ambisousa, no cumprimento do disposto no artigo 16.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, bem como do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa Pública Intermunicipal Ambisousa, apresenta os instrumentos de prestação de contas da empresa, o relatório da sua atividade e o parecer do fiscal único.

Lousada, 16 de março de 2021

O Conselho de Administração,

Dr. Antonino Sousa

Presidente

Dr. Nuno Fonseca

Vogal

Dr. Alexandre Almeida

Vogal

Mensagem do Conselho de Administração:

A Ambisousa foi oficialmente criada em outubro de 2002, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes dezoito anos, com grande empenho, foi possível passar da selagem das antigas lixeiras para soluções que foram incorporando as melhores tecnologias disponíveis a cada momento.

Assim, numa primeira fase e como alternativa às lixeiras, construíram-se dois aterros sanitários utilizando as melhores tecnologias disponíveis à época.

Numa lógica de redução dos resíduos conduzidos a aterro, apostou-se também, fortemente, na reciclagem. Com o apoio dos fundos comunitários, começou por se melhorar a rede da recolha seletiva, a aumentar as campanhas de sensibilização ambiental e a dar corpo às mais modernas instalações de triagem, processo este que culminou com a construção da nova estação de triagem de Lustosa e a reformulação da estação de triagem de Rio Mau. Estas duas obras contaram com o apoio a 85% do POSEUR e o custo final das intervenções foi de cerca de 5 milhões de euros.

O plano de ação, que consagrará a redução de resíduos orgânicos conduzidos a aterro, deve abordar com mais detalhe este aspeto.

A construção de estruturas que venham substituir os atuais aterros sanitários, que inevitavelmente caminham para o esgotamento, são desafios que a Ambisousa terá de enfrentar e resolver no futuro, sempre com o devido suporte técnico que acautele as incidências ambientais e que é fundamental para a decisão política a tomar.

O Conselho de Administração,

Dr. Antonino Sousa

Presidente

Nuno Fonseca

Vogal

Dr. Alexandre Almeida

Vogal

2. Sumário

Os resíduos de embalagem representam uma parte significativa dos resíduos urbanos produzidos no Vale do Sousa e, dado o elevado potencial de reciclabilidade que estes resíduos possuem, torna-se fundamental promover a sua recuperação e subsequente valorização, assumindo-se como uma área prioritária para a Ambisousa.

A aprovação da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro (PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020) veio definir metas específicas para cada sistema de gestão de RU que asseguram, no seu todo, o cumprimento nacional das metas comunitárias e que têm por base os princípios de equidade e de proporcionalidade de esforço, reconhecendo as boas práticas e incentivando ao maior esforço nos restantes casos. O PERSU 2020 assume metas ainda mais ambiciosas do que as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio (transposição da Diretiva “Embalagens”), encontrando-se agora atribuídas metas específicas à Ambisousa, relativamente a mínimos de preparação para reutilização e reciclagem, à máxima deposição de RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) em aterro e às retomas de recolha seletiva.

A Portaria n.º 241-B/2019, publicada a 31 de julho em Diário da República, vem aprovar o PERSU 2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).

Tal como consta no documento “PERSU2020+, Reflexão Estratégica e Ajustamentos às Medidas do PERSU2020”, apresentado no mês de julho, foi reconhecido que “o nível de ambição colocado nas novas metas europeias relativas à deposição de resíduos em aterro, preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, reciclagem de embalagens e de redução do plástico coloca a Portugal desafios de grande complexidade que exigem respostas inequívocas, pluridisciplinares e integradas para a sua resolução, nomeadamente alterações estratégicas, reconversão de tecnologia e mudança de comportamentos dos cidadãos, torna-se imperioso a tomada de medidas para realinhar as linhas estratégicas que permitam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo PERSU 2020.

O PERSU 2020+ configura uma abordagem temporal até ao período 2025, sendo que se justifica que a breve prazo venha a ser criado um Grupo de Trabalho para elaborar o novo Plano Estratégico setorial para 2035.

Deste modo, tendo em conta estas orientações e o cumprimento estrito das metas estabelecidas, a atuação da Ambisousa passará por implementar ações que vão de encontro à motivação para incrementar a prevenção, a reciclagem e a reutilização, bem como ao desvio efetivo dos RUB de aterro. Nesta perspetiva, a deposição em aterro deverá ser encarada como a última opção de tratamento dos resíduos produzidos.

Em 2020 foram produzidas 149.257,98 toneladas de resíduos urbanos no Vale do Sousa, das quais 91% foram depositadas em aterro sanitário e apenas 9% recolhidas e encaminhadas para valorização em unidades de triagem. Este facto permite constatar a elevada dependência do Sistema nos aterros sanitários existentes.

O aterro sanitário de Penafiel recebeu 70.374,24 toneladas de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, enquanto o aterro sanitário de Lustosa recebeu 66.765,39 toneladas, correspondendo na globalidade a um aumento de 4%, face a 2019.

As unidades de triagem da Ambisousa receberam 13.203,31 toneladas de resíduos potencialmente valorizáveis, das quais 12.290,88 toneladas foram efetivamente enviadas para reciclagem e valorização.

A taxa de reciclagem calculada na Ambisousa em 2020 foi de 35,40%. Refira-se, no entanto, que o potencial de embalagens nos RSU e respetiva taxa de reciclagem passaram a ser calculados em função dos resultados obtidos na caracterização anual dos resíduos do Vale do Sousa, possibilitando assim a determinação de uma taxa mais aproximada da realidade.

Relativamente à meta de “retomas de recolha seletiva” imposta à Ambisousa pelo PERSU 2020 (32 kg/hab.ano no ano de 2020), é possível constatar, com base nos cálculos efetuados, que a mesma foi já ultrapassada, apresentado em 2020 o valor global de 35 kg/hab.ano. O resultado agora obtido traduz-se num incremento de 2 kg/hab.ano face a 2019, o que representa o esforço que a Ambisousa e os seus municípios têm feito neste sentido, mais concretamente ao nível do reforço de novos ecopontos, dinamização de campanhas de sensibilização e aposta na internalização do serviço de recolha seletiva.

A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão. É, pois, com elevada satisfação, que verificamos que as metas traçadas neste âmbito pela Ambisousa têm sido cumpridas na sua generalidade.

No campo da intervenção social queremos destacar o Projeto “Tampinhas & Embalagens”, tendo a Ambisousa rececionado em 2020 cerca de 58 toneladas de tampas plásticas, bem como 27 toneladas de embalagens plásticas, provenientes de diversas instituições. Neste âmbito e durante o ano a que se reporta o presente Relatório, foi disponibilizado material correspondente a 43.777€.

Até ao momento, a Ambisousa recebeu mais de 2.384 toneladas de tampas e cerca de 622 toneladas de embalagens, tendo disponibilizado 1.715.865 € em material ortopédico.

No âmbito das visitas às instalações da Ambisousa, em 2020 apenas fomos visitados por 386 pessoas, provenientes de centros de formação, universidades e instituições particulares.

3- Deposição de RSU

No ano de 2020, foram produzidas no Vale do Sousa 149 257,98 toneladas de Resíduos Urbanos (RU)¹, das quais 137 139,63 toneladas foram confinadas nos aterros sanitários de Lustosa (66 765,39 toneladas) e de Penafiel (70 374,24 toneladas).

Em termos de resíduos indiferenciados (RSU), no ano de 2020 foram produzidas 136 054,67 toneladas, o que se traduziu, face ao ano de 2019, num aumento de 4%. A taxa de capitação manteve o valor obtido em 2019 de 1,1 kg/hab.dia. O aumento de produção de resíduos verificou-se em todos os municípios da Ambisousa, tendo sido produzidas mais 5 593 toneladas do que no ano anterior.

Tabela 1 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Penafiel (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Paredes	Penafiel	Refugo	Total(ton.)
Janeiro	439,30	2 951,34	2 305,94	14,38	5 710,96
Fevereiro	392,88	2 837,80	2 199,52	21,56	5 451,76
Março	482,70	3 096,58	2 434,94	28,60	6 042,82
Abril	482,56	3 119,60	2 371,60	37,42	6 011,18
Maio	437,86	2 997,40	2 275,36	9,74	5 720,36
Junho	492,36	3 073,84	2 406,92	22,78	5 995,90
Julho	493,20	3 111,86	2 499,10	24,68	6 128,84
Agosto	498,60	3 266,78	2 621,04	7,92	6 394,34
Setembro	441,10	3 020,52	2 368,94	28,34	5 858,90
Outubro	413,22	3 030,04	2 313,78	24,80	5 781,84
Novembro	402,66	2 850,22	2 143,10	22,94	5 418,92
Dezembro	432,94	3 027,08	2 384,76	13,64	5 858,42
Total	5 409,38	36 383,06	28 325,00	256,80	70 374,24

No mesmo período, no Aterro Sanitário de Lustosa, foram depositadas as seguintes quantidades de RSU:

Tabela 2 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Lustosa (ton.)

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Penafiel	Refugo	Total (ton.)
Janeiro	1 923,94	1 462,54	1 883,12	0,00	65,06	5 334,66
Fevereiro	1 724,32	1 467,06	1 809,17	12,58	56,18	5 069,31
Março	2 033,72	1 608,85	1 979,70	0,00	69,38	5 691,65
Abril	2 038,56	1 694,46	1 996,58	0,00	84,98	5 814,58
Maio	1 958,14	1 648,70	1 935,73	0,00	64,26	5 606,83
Junho	1 963,38	1 647,66	1 931,40	0,00	62,66	5 605,10
Julho	1 977,84	1 676,78	1 946,42	0,00	69,84	5 670,88

¹ RSU + Resíduos rececionados nas Unidades de Triagem;

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Penafiel	Refugo	Total (ton.)
Agosto	2 164,94	1 779,92	2 028,02	0,00	73,12	6 046,00
Setembro	1 949,80	1 552,90	1 865,10	0,00	78,64	5 446,44
Outubro	2 027,86	1 595,92	1 865,54	0,00	68,20	5 557,52
Novembro	1 887,26	1 465,38	1 758,78	0,00	70,96	5 182,38
Dezembro	2 062,68	1 644,34	1 968,14	0,00	64,88	5 740,04
Total	23 712,44	19 244,51	22 967,70	12,58	828,16	66 765,39

No ano de 2020 foram produzidas cerca de 1 085 ton. de refugo proveniente das estações de triagem da Ambisousa (828,16. da estação de triagem de Lustosa e 256,80 ton. da estação de triagem de Rio Mau), tendo sido posteriormente confinadas em aterro sanitário.

Deste modo, conforme referido anteriormente, a deposição global de resíduos em aterros do Vale do Sousa foi de 137 139,63 ton. (tabela 3).

Tabela 3- Resíduos depositados em aterro no Vale do Sousa (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Refugos depositados em aterro	Total (ton.)
Janeiro	439,30	1 923,94	1 462,54	1 883,12	2 951,34	2 305,94	79,44	11 045,62
Fevereiro	392,88	1 724,32	1 467,06	1 809,17	2 837,80	2 212,10	77,74	10 521,07
Março	482,70	2 033,72	1 608,85	1 979,70	3 096,58	2 434,94	97,98	11 734,47
Abril	482,56	2 038,56	1 694,46	1 996,58	3 119,60	2 371,60	122,40	11 825,76
Maio	437,86	1 958,14	1 648,70	1 935,73	2 997,40	2 275,36	74,00	11 327,19
Junho	492,36	1 963,38	1 647,66	1 931,40	3 073,84	2 406,92	85,44	11 601,00
Julho	493,20	1 977,84	1 676,78	1 946,42	3 111,86	2 499,10	94,52	11 799,72
Agosto	498,60	2 164,94	1 779,92	2 028,02	3 266,78	2 621,04	81,04	12 440,34
Setembro	441,10	1 949,80	1 552,90	1 865,10	3 020,52	2 368,94	106,98	11 305,34
Outubro	413,22	2 027,86	1 595,92	1 865,54	3 030,04	2 313,78	93,00	11 339,36
Novembro	402,66	1 887,26	1 465,38	1 758,78	2 850,22	2 143,10	93,90	10 601,30
Dezembro	432,94	2 062,68	1 644,34	1 968,14	3 027,08	2 384,76	78,52	11 598,46
Total	5 409,38	23 712,44	19 244,51	22 967,70	36 383,06	28 337,58	1 084,96	137 139,63

O peso de cada Município do Vale do Sousa na quantidade de RSU produzida está patente no gráfico seguinte.

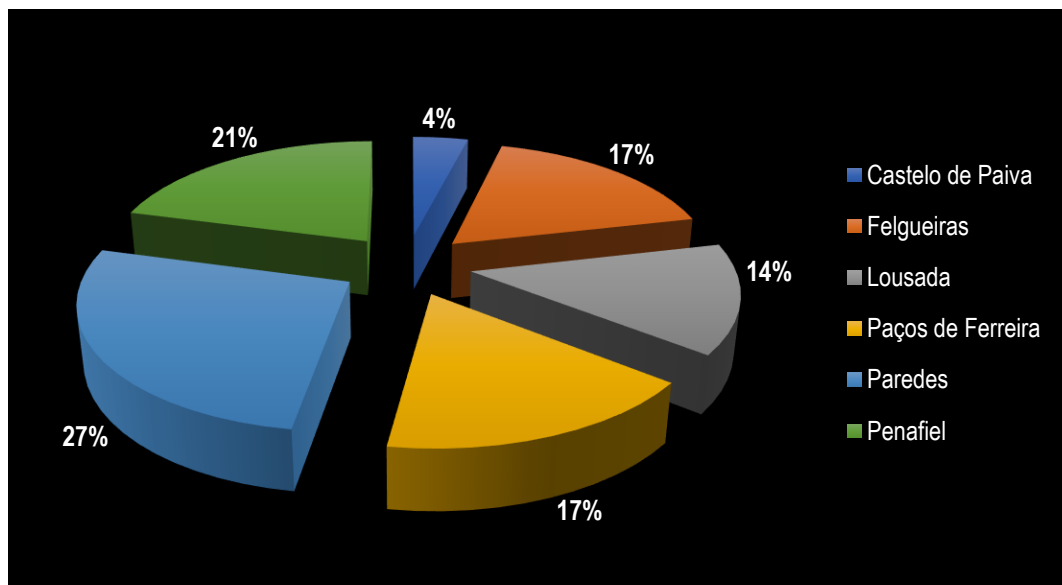


Gráfico 1- Distribuição percentual da quantidade de RSU produzida em cada Município

Em termos de capitação diária, verifica-se uma produção de RSU semelhante em todos os Municípios da Ambisousa (Tabela 4).

Tabela 4 - Capitação dos Municípios em termos de RSU produzidos

Município	População residente ²	RSU depositados (ton)	Capitação diária (kg RSU/hab.dia)
Castelo de Paiva	15 567	5 417,64	1,0
Felgueiras	56 576	23 712,44	1,1
Lousada	46 790	19 244,51	1,1
Paços de Ferreira	56 709	22 967,70	1,1
Paredes	86 072	36 359,68	1,2
Penafiel	69 922	28 352,70	1,1
Total	331 636	136 054,67	1,1

² População Residente (Estimativas INE, 2018)

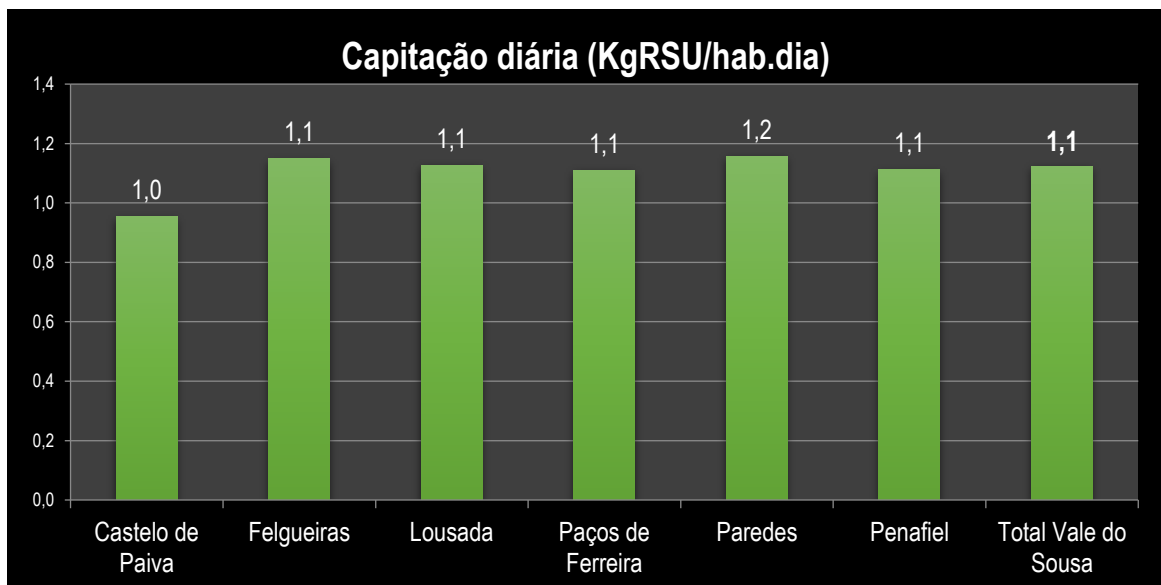


Gráfico 2 - Capitação diária (kg RSU/hab.dia)

No gráfico 3 apresentam-se os valores de capitação diária no Vale do Sousa nos últimos quatro anos, permitindo concluir que, em termos médios, cada habitante produz diariamente 1kg de RSU, sendo posteriormente encaminhados para deposição em aterro.

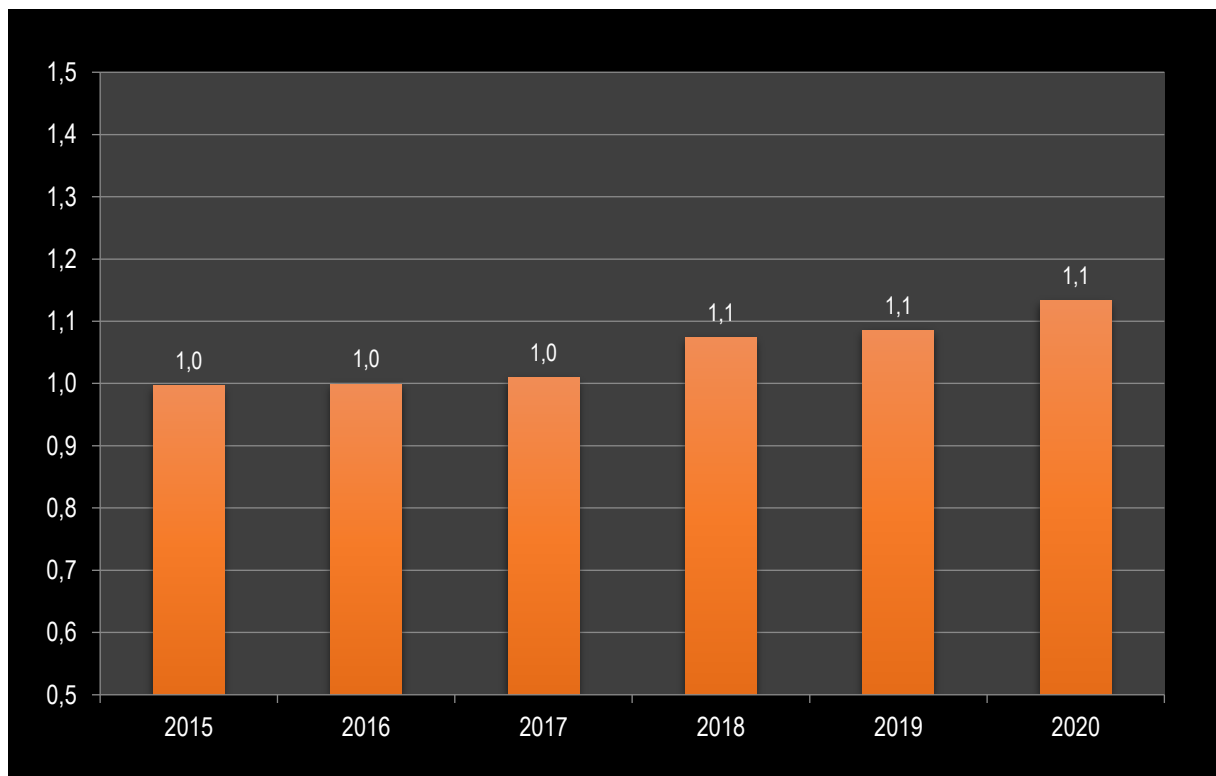


Gráfico 3 – Evolução da capitação média diária no Vale do Sousa nos últimos 5 anos (kg RSU/hab.dia)

4. A Reciclagem no Vale do Sousa

4.1. Quantidades rececionadas nas Estações de Triagem e Centro de Receção de REEE da Ambisousa

Em 2020 as estações de triagem da Ambisousa rececionaram um total de 13 203,31 toneladas de resíduos, dos quais cerca de 99% tiveram origem direta nos respetivos municípios.

Comparativamente com o ano de 2019, globalmente ao nível das entradas de material, verifica-se um aumento de 1 088,42 toneladas, correspondendo a um aumento de 9%.

Na tabela seguinte apresenta-se o contributo de cada Município do Vale do Sousa, relativo ao material enviado diretamente para reciclagem.

Tabela 5 - Contribuição de cada Município para a reciclagem³

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Total
Janeiro	35,24	181,78	165,30	224,18	381,40	241,08	1 228,98
Fevereiro	34,22	109,94	141,72	129,80	262,32	175,62	853,62
Março	38,76	133,54	157,34	177,16	249,04	194,72	950,56
Abril	31,96	200,80	136,90	182,46	372,40	225,96	1 150,48
Maio	41,64	150,52	182,00	174,82	230,14	197,54	976,66
Junho	37,24	165,00	180,26	208,90	312,01	232,38	1 135,79
Julho	38,00	165,62	176,00	193,28	288,18	237,98	1 099,06
Agosto	52,34	183,48	168,66	227,10	319,58	288,34	1 239,50
Setembro	55,96	158,72	194,28	218,22	341,24	246,42	1 214,84
Outubro	31,43	187,44	172,72	193,08	405,84	248,43	1 238,94
Novembro	45,04	145,66	140,92	190,00	281,30	208,38	1 011,30
Dezembro	34,46	142,00	156,00	199,32	275,18	211,06	1 018,02
Total	476,29	1 924,50	1 972,10	2 318,32	3 718,63	2 707,91	13 117,75
%	4%	15%	15%	18%	28%	21%	100%

³ A Contribuição de cada Município para a reciclagem é obtida em função dos quantitativos de material, com origem municipal, que deram entrada nas Estações de Triagem de Lustosa e de Rio Mau, bem como no Centro de Receção de REEE e de Desmantelamento de Colchões (ambos localizados em Rio Mau).

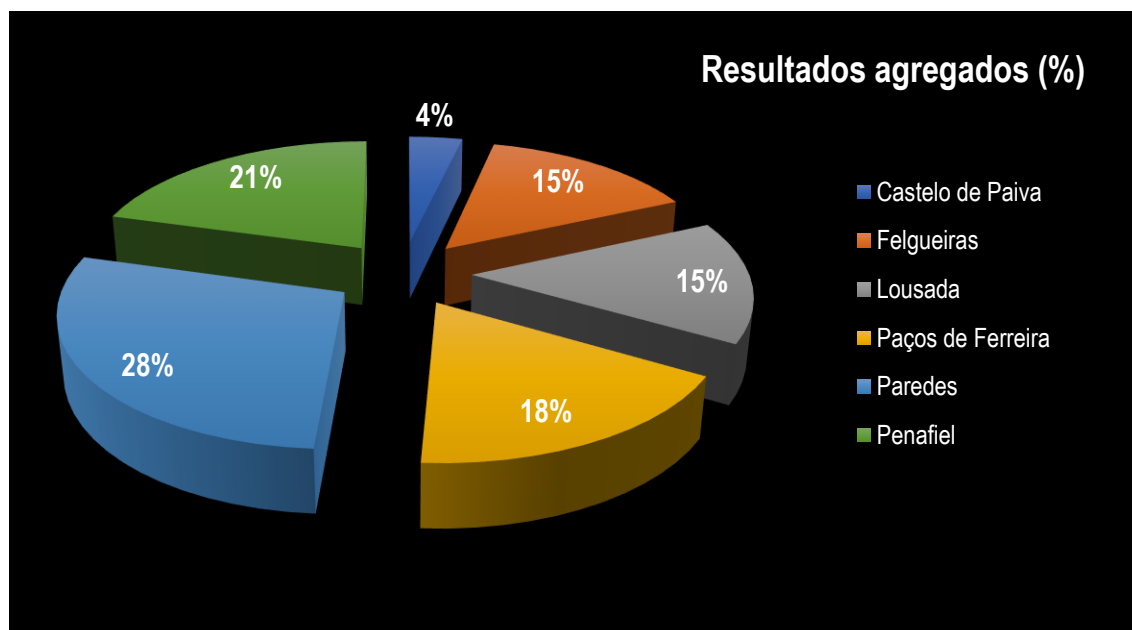


Gráfico 4 - Contributo percentual dos Municípios para a reciclagem (%)

Em termos absolutos, Paredes mantém-se como o município que mais contribui para a reciclagem na Ambisousa, contribuindo com 28% do total de resíduos rececionados, seguindo-se Penafiel e Paços de Ferreira, com 21% e 18%, respetivamente.

A distribuição por fileira dos resíduos rececionados provenientes dos Municípios, apresenta-se na tabela seguinte:

Tabela 6 - Distribuição do material rececionado por fileira (ton)⁴

Mês	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Embalagens Metálicas	Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	TOTAL
Janeiro	203,26	450,48	522,56	0,00	0,00	12,92	12,82	26,94	0,00	1 228,98
Fevereiro	174,22	380,76	257,68	0,00	0,00	8,82	9,84	22,30	0,00	853,62
Março	204,66	390,92	308,78	0,00	0,00	14,90	10,98	20,32	0,00	950,56
Abril	224,30	428,20	458,54	0,00	0,00	11,96	8,84	18,64	0,00	1 150,48
Maio	212,56	352,06	371,42	0,00	0,00	7,68	8,48	24,46	0,00	976,66
Junho	206,51	391,00	485,28	0,00	0,00	7,44	14,80	30,76	0,00	1 135,79
Julho	210,06	412,72	414,06	0,00	0,00	16,60	10,18	35,44	0,00	1 099,06
Agosto	222,54	409,18	546,64	0,00	0,00	7,18	19,28	34,68	0,00	1 239,50
Setembro	215,78	450,86	475,04	0,00	0,00	15,96	19,62	37,58	0,00	1 214,84
Outubro	230,04	509,28	440,10	0,00	0,00	8,88	8,82	41,82	0,00	1 238,94
Novembro	216,02	403,32	334,46	0,00	0,00	14,16	13,58	29,76	0,00	1 011,30
Dezembro	238,92	453,92	277,16	0,00	0,00	10,04	5,86	32,12	0,00	1 018,02
Total	2 558,87	5 032,70	4 891,72	0,00	0,00	136,54	143,10	354,82	0,00	13 117,75
%	19,51%	38,37%	37,29%	0,00%	0,00%	1,04%	1,09%	2,70%	0,00%	100,00%

⁴ Considerando apenas os resíduos com origem direta nos Municípios.

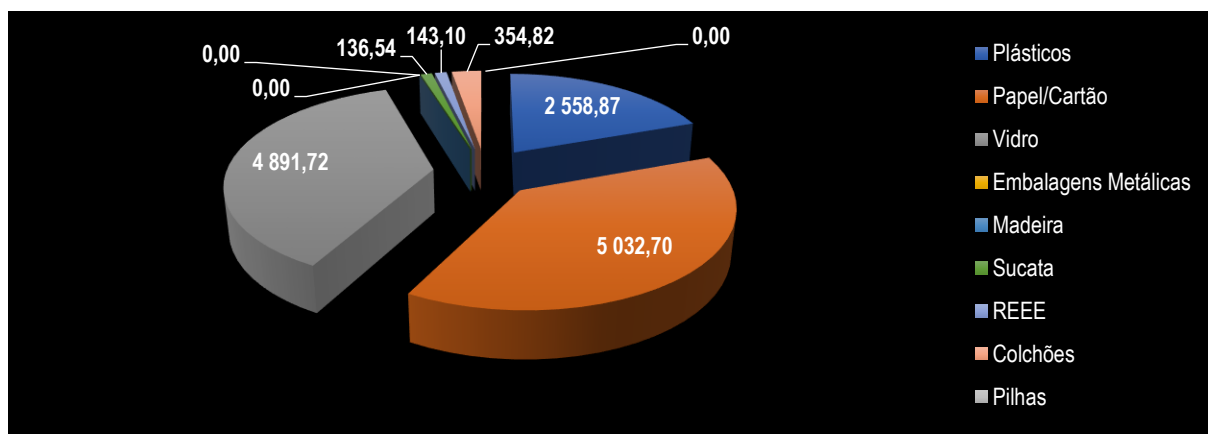


Gráfico 5 — Quantitativos agregados por fileira de resíduos (ton)

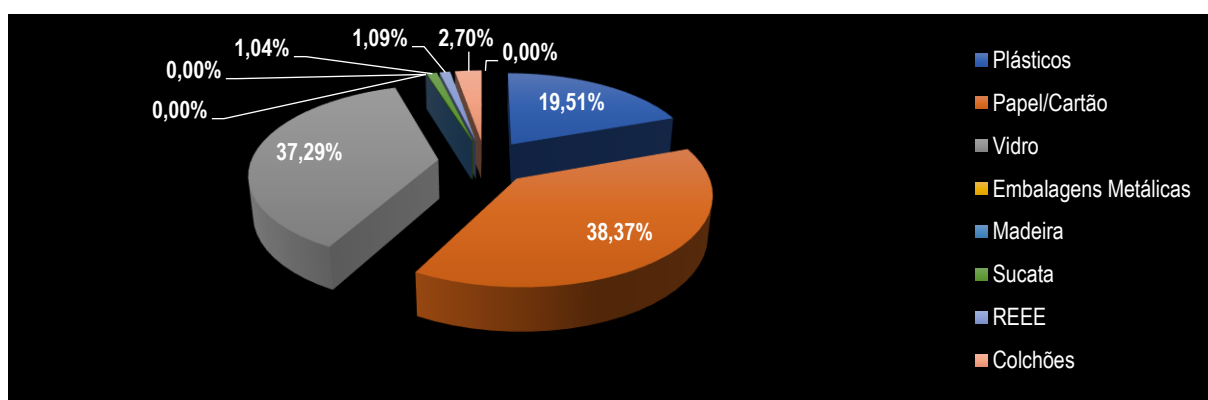


Gráfico 6 — Distribuição percentual do material rececionado por fileira (%)

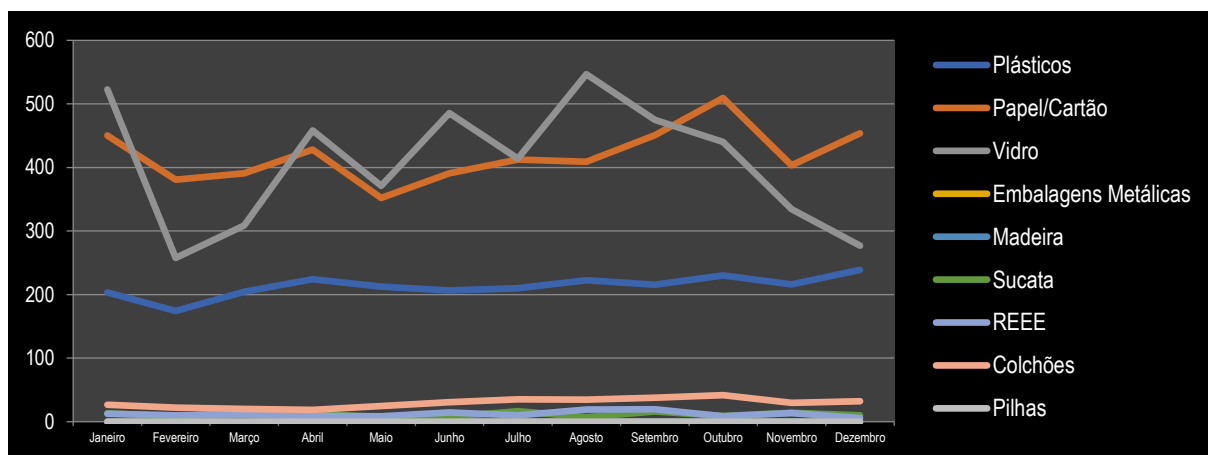


Gráfico 7 - Evolução dos resíduos provenientes dos Municípios (ton.)

Para além dos resíduos com proveniência direta dos Municípios, a Ambisousa rececionou também nas suas unidades de triagem resíduos com outras origens, designadamente particulares, instituições, escolas, etc. Em 2020, a Ambisousa rececionou um total de 85,56 toneladas, material proveniente essencialmente do projeto

Tampinhas e Embalagens. Em termos globais, comparativamente com 2019, a Ambisousa recebeu -94% de resíduos com outras proveniências.

Tabela 7 - Resumo anual de Outros Resíduos (ton.) rececionados nas instalações da Ambisousa

	Entregas privadas	<i>"Projeto Tampinhas & Embalagens"</i>		TOTAL
	REEE	Tampas plásticas	Embalagens Plásticas	
Janeiro	0,12	5,16	3,16	8,44
Fevereiro	0,00	4,82	3,12	7,94
Março	0,02	3,80	1,80	5,62
Abril	0,00	3,28	1,28	4,56
Maió	0,00	4,54	0,94	5,48
Junho	0,00	5,46	3,62	9,08
Julho	0,06	6,86	4,26	11,18
Agosto	0,00	4,74	2,34	7,08
Setembro	0,00	7,22	2,88	10,10
Outubro	0,00	3,32	2,08	5,40
Novembro	0,00	4,16	0,88	5,04
Dezembro	0,00	4,68	0,96	5,64
TOTAL	0,20	58,04	27,32	85,56

Na tabela seguinte apresenta-se a totalidade dos materiais com potencial de valorização rececionados pela Ambisousa, independentemente da respetiva origem ou tipologia de material.

Tabela 8 – Totalidade de material com potencial de valorização recepcionados pela Ambisousa (ton)⁵

Meses	Proveniência direta dos Municípios da Ambisousa (ton.)									Outra proveniência (ton.)			TOTAL
	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Embalagens Metálicas	Embalagens de Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	Entregas privadas	"Projeto Tampinhas"		
										REEE	Tampas plásticas	Embalagens plásticas	
Janeiro	203,26	450,48	522,56	0,00	0,00	12,92	12,82	26,94	0,00	0,12	5,16	3,16	1 237,42
Fevereiro	174,22	380,76	257,68	0,00	0,00	8,82	9,84	22,30	0,00	0,00	4,82	3,12	861,56
Março	204,66	390,92	308,78	0,00	0,00	14,90	10,98	20,32	0,00	0,02	3,80	1,80	956,18
Abril	224,30	428,20	458,54	0,00	0,00	11,96	8,84	18,64	0,00	0,00	3,28	1,28	1 155,04
Maio	212,56	352,06	371,42	0,00	0,00	7,68	8,48	24,46	0,00	0,00	4,54	0,94	982,14
Junho	206,51	391,00	485,28	0,00	0,00	7,44	14,80	30,76	0,00	0,00	5,46	3,62	1 144,87
Julho	210,06	412,72	414,06	0,00	0,00	16,60	10,18	35,44	0,00	0,06	6,86	4,26	1 110,24
Agosto	222,54	409,18	546,64	0,00	0,00	7,18	19,28	34,68	0,00	0,00	4,74	2,34	1 246,58
Setembro	215,78	450,86	475,04	0,00	0,00	15,96	19,62	37,58	0,00	0,00	7,22	2,88	1 224,94
Outubro	230,04	509,28	440,10	0,00	0,00	8,88	8,82	41,82	0,00	0,00	3,32	2,08	1 244,34
Novembro	216,02	403,32	334,46	0,00	0,00	14,16	13,58	29,76	0,00	0,00	4,16	0,88	1 016,34
Dezembro	238,92	453,92	277,16	0,00	0,00	10,04	5,86	32,12	0,00	0,00	4,68	0,96	1 023,66
TOTAL	2 558,87	5 032,70	4 891,72	0,00	0,00	136,54	143,10	354,82	0,00	0,20	58,04	27,32	13 203,31
%	19,38	38,12	37,05	0,00	0,00	1,03	1,08	2,69	0,00	0,00	0,44	0,21	100,00

⁵ Dados obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

4.2. Quantidades processadas pela Ambisousa

Relativamente ao envio de material processado para reciclagem, no ano de 2020 registou-se um total de 12 290,88 toneladas de material processado, representando um aumento de 20% face a 2019. Analisando somente os 3 principais fluxos de material enviado para retoma através das entidades gestoras de resíduos de embalagens (Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão), face ao ano anterior, constata-se aumentos em todos estes fluxos: 12% para o vidro, 16% para o papel/cartão e 51% para os plásticos.

Tabela 9 - Resíduos processados pela Ambisousa nas Estações de Triagem, Centro de Receção de REEE e Centro de Desmantelamento de Colchões (ton)⁶

Mês	Retomados pelas Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens (SPV, Novo Verde e Eletrão)												Outros Retomadores				Total
	Vidro	Papel/Car tão	Filme Plástic o	PEAD	EPS	PET	Plásticos Mistos	Outros Plásticos	ECAL	Aço	Alumínio	Madeira	REEE	Sucata	Pilhas	Plásticos/ Embalagen s Plásticas	
Janeiro	532,06	401,86	8,06	24,76	2,10	28,22	35,66	9,42	0,00	24,18	8,94	0,00	22,00	28,40	0,00	2,38	1 128,04
Fevereiro	263,08	369,20	41,84	12,70	1,00	39,56	33,70	9,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7,94	14,12	0,36	0,00	792,78
Março	322,72	519,38	61,40	24,82	1,76	31,22	18,08	9,38	24,16	20,88	0,00	0,00	0,00	32,16	0,00	2,58	1 068,54
Abril	471,80	578,80	99,46	14,22	1,72	33,96	39,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,36	23,30	0,00	15,76	1 306,78
Mai	326,06	245,44	41,90	12,86	1,80	31,44	36,90	7,70	24,34	23,58	0,00	0,00	4,24	29,30	0,00	7,66	793,22
Junho	444,82	300,66	27,68	13,46	1,76	39,38	32,90	0,00	25,12	25,84	8,42	0,00	3,56	16,98	0,00	3,96	944,54
Julho	436,68	268,92	37,22	13,62	1,86	19,38	34,60	7,94	24,50	0,00	0,00	0,00	8,96	31,40	0,00	1,66	886,74
Agosto	537,32	519,22	46,76	25,92	1,88	28,82	29,56	8,30	0,00	19,06	0,00	0,00	30,16	19,24	0,00	5,34	1 271,58
Setembro	497,20	374,30	40,48	12,82	1,88	18,60	31,14	8,20	0,00	0,00	7,02	0,00	11,20	37,90	0,00	1,92	1 042,66
Outubro	438,84	517,54	73,20	25,92	2,38	62,12	16,82	0,00	23,90	22,96	0,00	0,00	19,28	26,90	0,00	2,64	1 232,50
Novembro	319,24	438,28	49,24	12,70	1,28	33,48	33,88	9,02	24,72	0,00	0,00	0,00	3,74	34,30	0,00	4,30	964,18
Dezembro	319,04	349,60	49,36	25,08	2,06	24,82	18,40	0,00	0,00	24,96	0,00	0,00	16,50	27,06	0,00	2,44	859,32
Total	4 908,86	4 883,20	576,60	218,88	21,48	391,00	361,04	69,24	146,74	161,46	24,38	0,00	155,94	321,06	0,36	50,64	12 290,88
%	39,94	39,73	4,69	1,78	0,17	3,18	2,94	0,56	1,19	1,31	0,20	0,00	1,27	2,61	0,00	0,41	100,00

⁶ Quantitativos obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

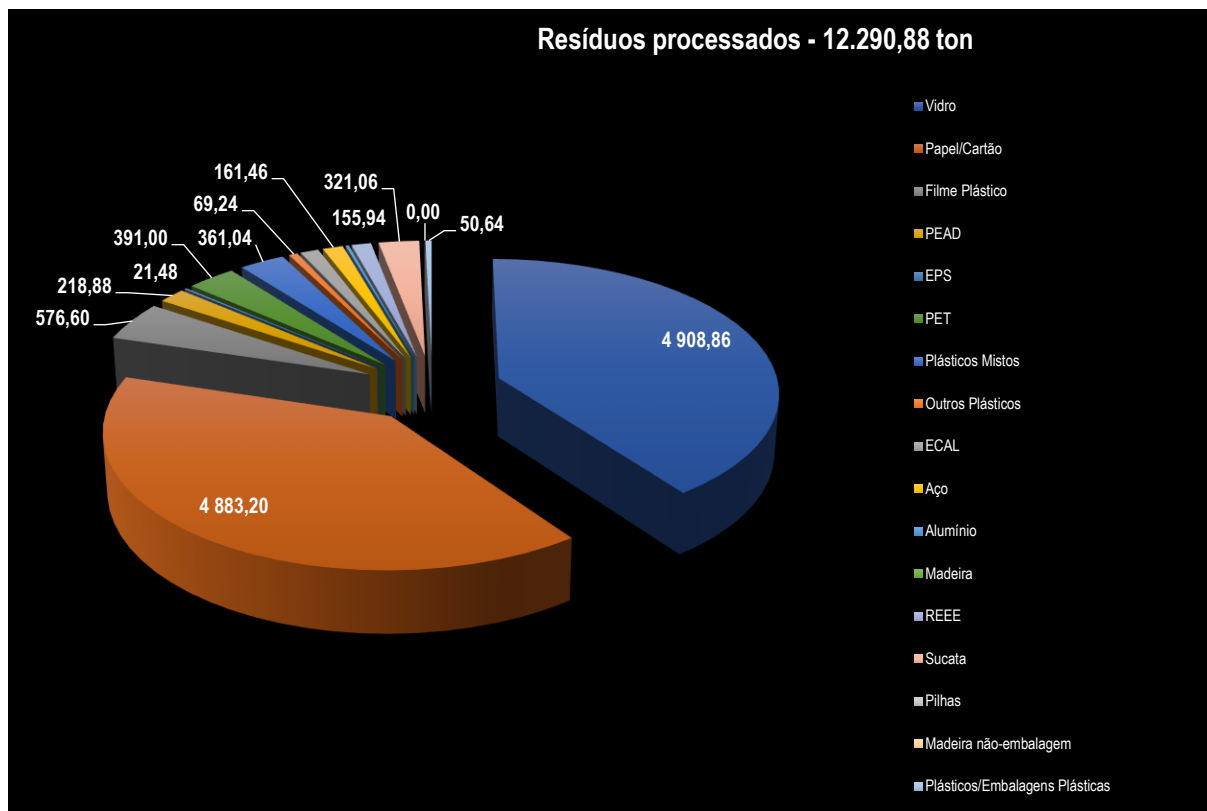


Gráfico 8 – Resíduos processados pela Ambisousa (ton.)

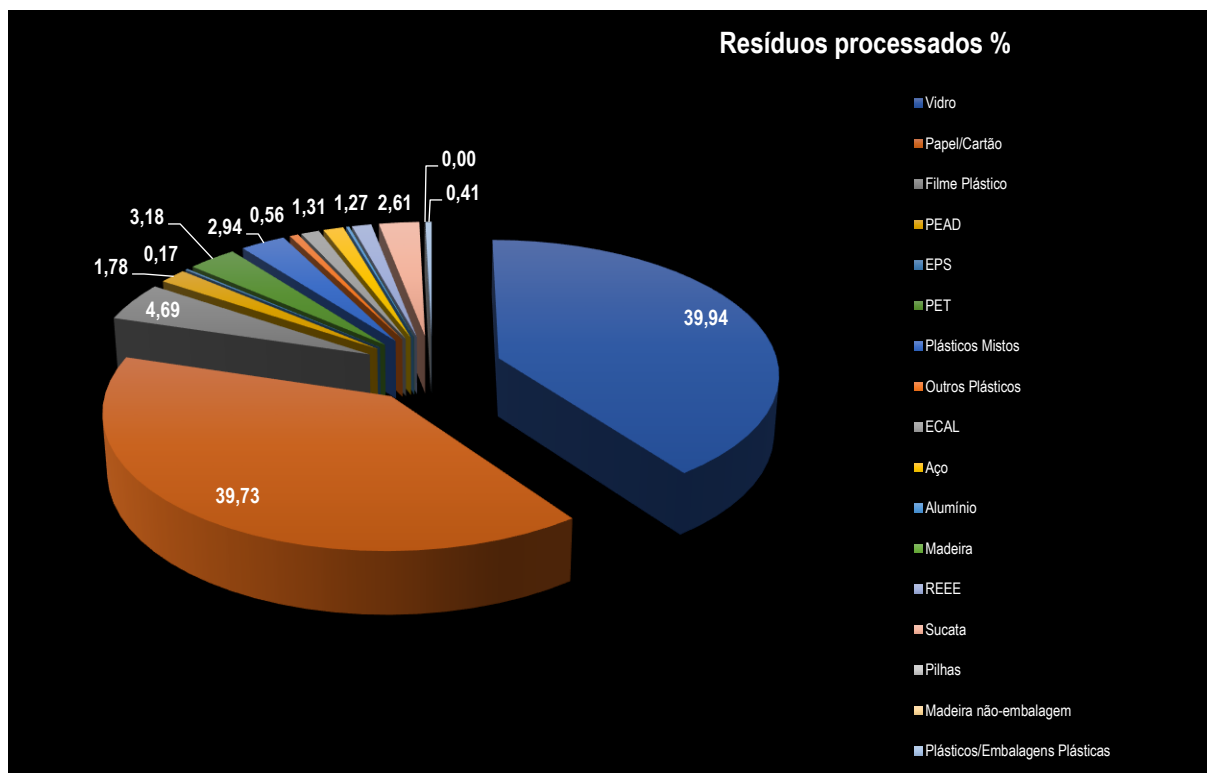


Gráfico 9 – Resíduos processados pela Ambisousa (%)

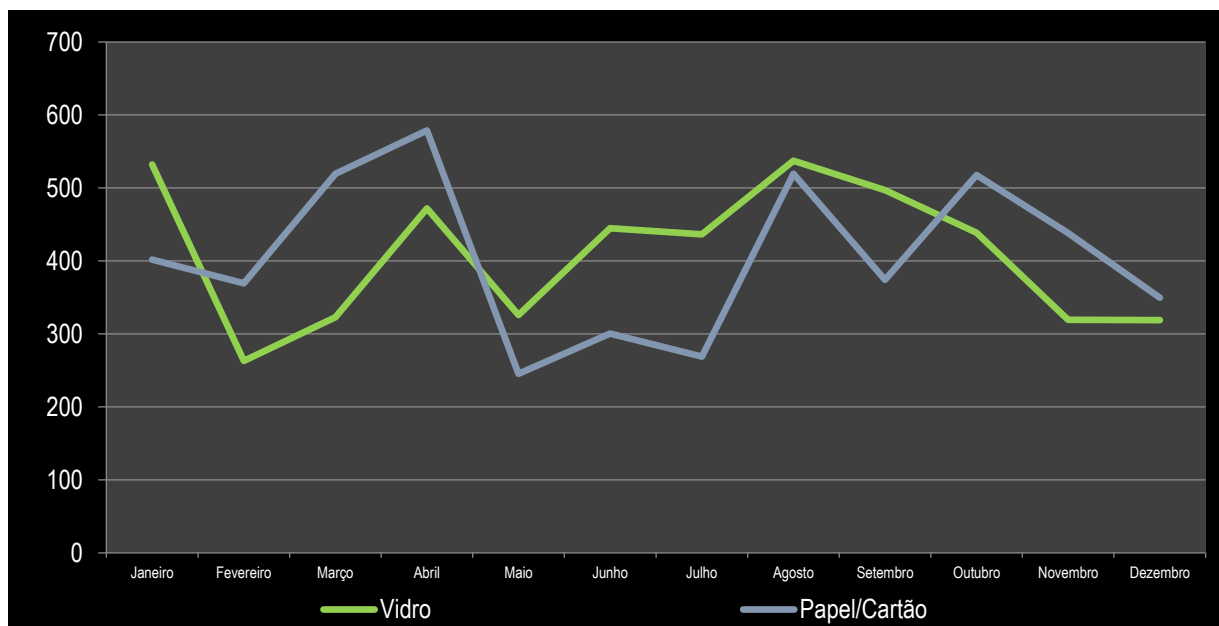


Gráfico 10 – Evolução dos resíduos processados de Vidro e Papel/Cartão (ton.)

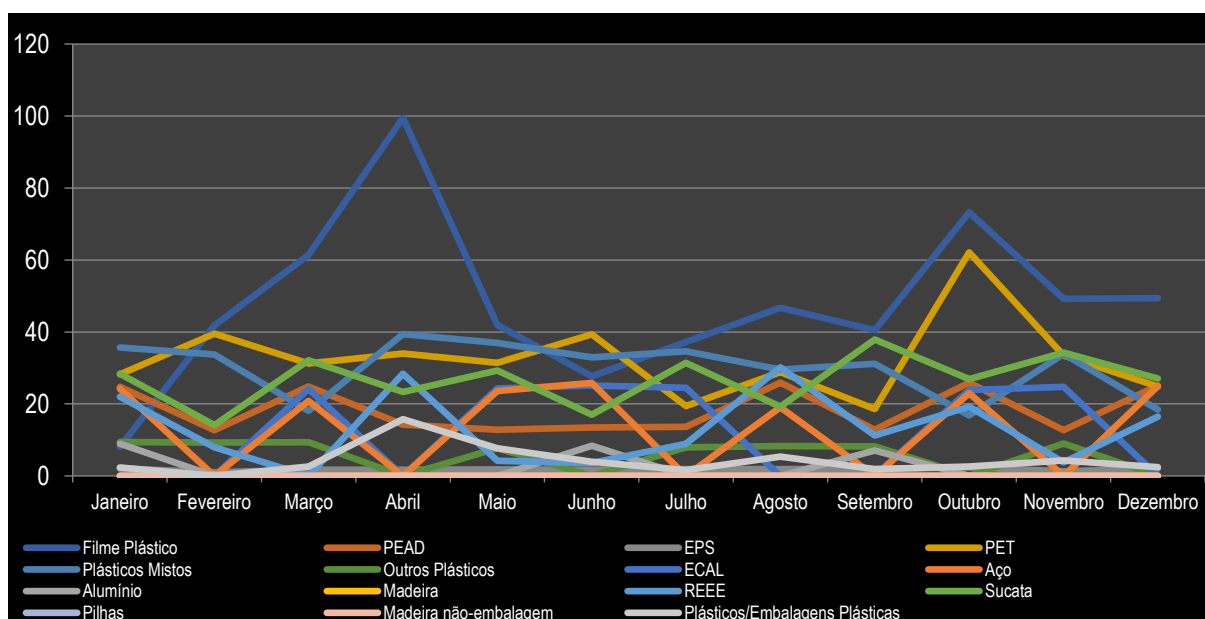


Gráfico 11 – Evolução de outros resíduos processados (ton.)

Em termos de resíduos de embalagem, no ano de 2020 foram retomadas 11 763 toneladas, um resultado 19% acima do obtido no ano anterior (Tabela 9).

À exceção das embalagens de madeira, verificaram-se aumentos em todos os fluxos de resíduos, com maior expressão nos plásticos (50%) e no Papel (16%).

Tabela 10 - Resíduos de Embalagens enviados para reciclagem em 2019 e 2020

Fluxos de Resíduos de Embalagem	Material enviado para reciclagem (ton.)		Evolução
	2019	2020	
Plásticos	1 190,00	1 784,98	▲
Papel/Cartão	4 202,32	4 883,20	▲
Vidro	4 375,24	4 908,86	▲
Aço	109,10	161,46	▲
Alumínio	8,10	24,38	▲
Madeira	0,00	0,00	=
Total	9 884,76	11 762,88	▲

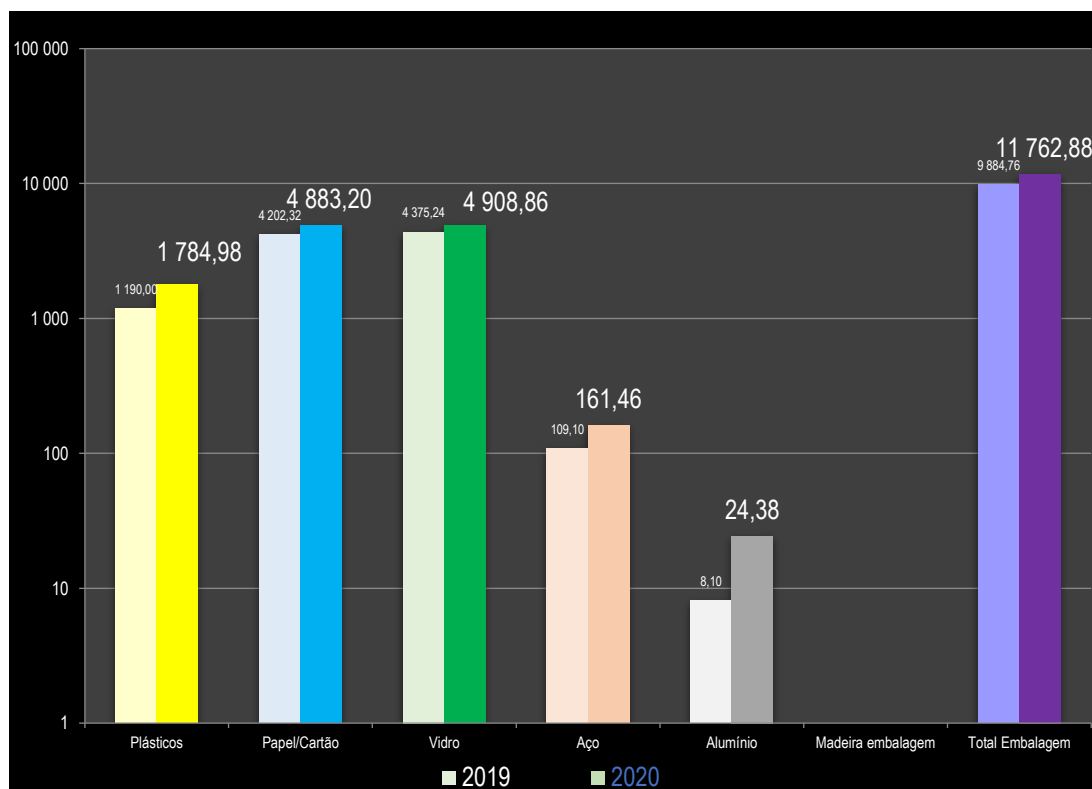


Gráfico 12 – Comparativo dos Resíduos de embalagem retomados em 2019 e 2020 (ton.)

5. Taxas de reciclagem e Metas do PERSU 2020

A taxa de reciclagem calculada na Ambisousa em 2020 foi de 35,40%. Refira-se, no entanto, que o potencial de embalagens nos RSU e respetiva taxa de reciclagem passaram a ser calculados em função dos resultados obtidos na caracterização anual dos resíduos do Vale do Sousa, possibilitando assim a determinação de uma taxa mais aproximada da realidade.

Tabela 11- Taxas de Reciclagem⁷

Fluxos de Embalagens	Resíduos de Embalagens enviados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens ⁸ (ton.)	Potencial RSU (%)	Potencial de embalagens nos RSU (ton.)	Taxa reciclagem no Vale do Sousa (%)
Embalagens	1 784,98	13,40	18 376,71	9,71
Papel/Cartão	4 883,20	6,51	8 927,79	54,70
Vidro	4 908,86	2,97	4 073,05	120,52
Aço	161,46	0,90	1 234,26	13,08
Alumínio	24,38	0,42	575,99	4,23
Madeira	0,00	0,04	54,86	0,00
Total	11 762,88	24,23	33 228,93	35,40

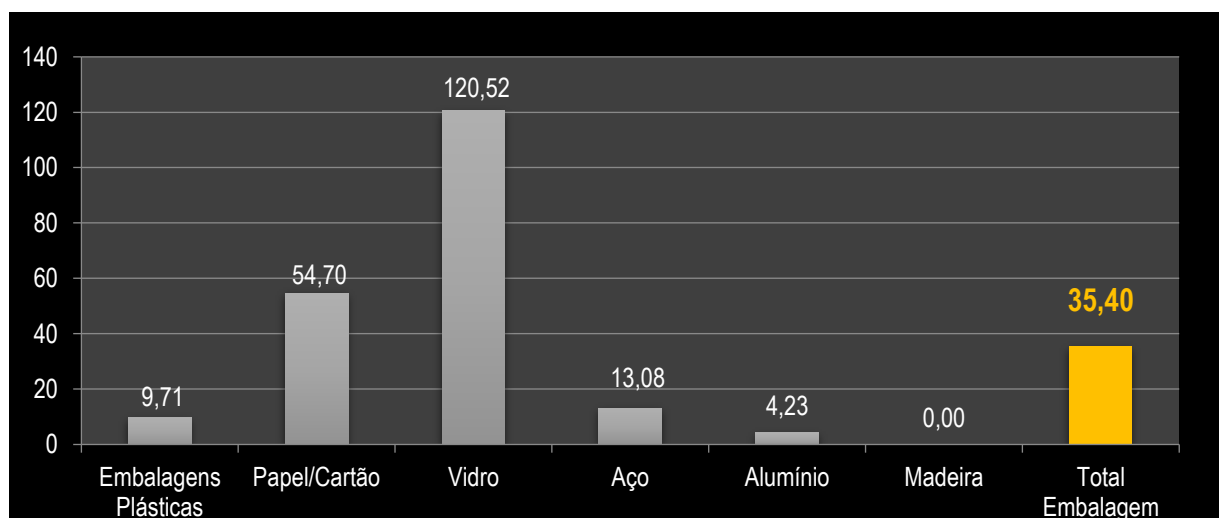


Gráfico 13 – Taxas de reciclagem (%)

Conforme referido no capítulo 3 deste Relatório, no ano de 2020 foram produzidas nas estações de triagem da Ambisousa um total de 1 085 toneladas de refugo, representando um aumento de 21% face a 2019. A taxa de refugo calculada foi assim de 14%.

⁷ Para o cálculo do valor das taxas de reciclagem apenas se consideram as quantidades de resíduos de embalagens que foram alvo de retoma pela SPV e Novo Verde, sendo o Potencial (%) nos RSU determinado através dos resultados obtidos na caracterização anual de 2019 dos resíduos indiferenciados no Vale do Sousa;

⁸ Entidades Gestoras: Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão.

⁹ Inclui o ECAL.

Em termos globais, em 2020 a produção de Resíduos Urbanos na Ambisousa sintetiza-se na tabela seguinte.

Tabela 12 - RU produzidos no Vale do Sousa (ton)

RSU's produzidos no Vale do Sousa	136 054,67
Castelo de Paiva	5 417,64
Felgueiras	23 712,44
Lousada	19 244,51
Paços de Ferreira	22 967,70
Paredes	36 359,68
Penafiel	28 352,70
Refugos produzidos nas Estações de Triagem¹⁰	1 084,96
Origem: Estação de Triagem de Lustosa	828,16
Origem: Estação de Triagem de Rio Mau	256,8
Material rececionado pela Ambisousa nas Estações Triagem	13 203,31
Proveniência direta dos Municípios	13 117,75
Outros resíduos ¹¹	85,56
Material processado pela Ambisousa	12 290,88
Resíduos de Embalagens ¹²	11 762,88
Outros Resíduos	528,00
Total de RU depositados em aterro (RSU + Refugos)	137 139,63
Total de RU produzidos no Vale do Sousa	149 257,98

A meta de “retomas de recolha seletiva” imposta à Ambisousa no PERSU 2020 (32 kg/hab.ano) foi superada em 2020, tendo-se alcançado o valor de 35 kg/hab.ano.

Este resultado traduz um incremento de 2kg/hab.ano face a 2019, e um aumento de 13kg/hab.ano face a 2015, primeiro ano do PERSU 2020. Estes resultados representam o extraordinário esforço que a Ambisousa e os seus municípios tem feito neste sentido, mais concretamente ao nível do reforço de ecopontos, dinamização de campanhas e na delegação na Ambisousa, desde 2019, no serviço de recolha seletiva.

¹⁰ A totalidade do refugo produzido nas estações de triagem da Ambisousa foi depositado nos aterros sanitários de Lustosa e Rio Mau;

¹¹ REEE provenientes de privados, Tampas Plásticas e Embalagens Plásticas provenientes do “Projeto Tampinhas”, Papel/Cartão proveniente da Campanha “Papel com Valor”, Plásticos provenientes da Campanha “Dá um desconto aos teus plásticos” e Madeira não-embalagem;

¹² Encaminhados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens: SPV, Novo Verde e Amb3e. Quantitativos provenientes do software de pesagens;

Tabela 13 - Aferição do grau de cumprimento da meta “Retomas de Recolha Seletiva” do PERSU 2020 nos Municípios e AMBISOUA

Município	N.º de habitantes ¹³	RECOLHA SELETIVA (ton)						Resultado (kg/hab.ano) ¹⁴	Meta PERSU 2020 (kg/hab.ano)
		Plástico	Papel/Cartão	Metal	Vidro	Campanhas	Total	Ano de 2020	
Castelo de Paiva	15 797	99,25	107,88	6,56	198,96	14,23	426,88	26	32
Felgueiras	56 950	407,14	646,60	7,78	822,14	14,23	1 897,89	31	
Lousada	46 900	408,94	745,06	9,62	765,82	14,23	1 943,67	39	
Paços de Ferreira	56 838	493,64	852,48	27,82	831,22	14,23	2 219,39	36	
Paredes	86 263	690,21	1 602,98	55,62	1 232,00	14,23	3 595,04	39	
Penafiel	70 333	459,69	1 077,70	29,14	1 041,58	14,23	2 622,34	35	
Global - AMBISOUA	333 081	2 558,87	5 032,70	136,54	4 891,72	85,36	12 705,19	35	

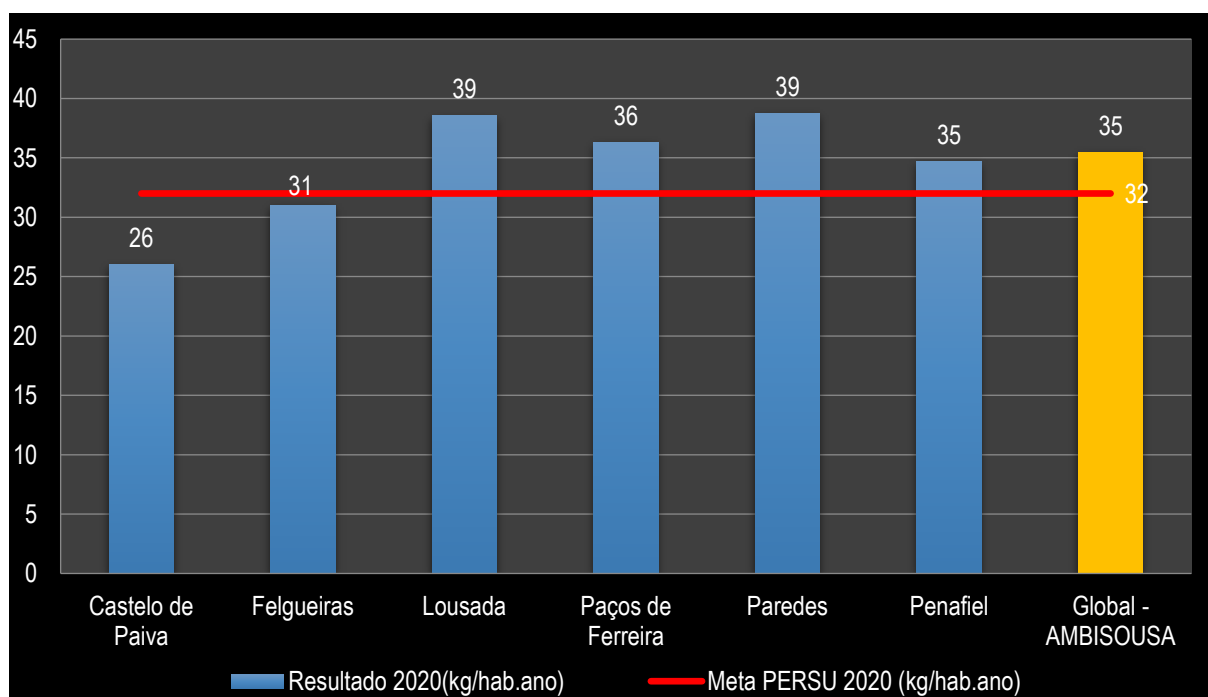


Gráfico 14 - Meta “Retomas de Recolha Seletiva” e respetiva aferição de cumprimento em 2020

¹³ INE, estatística população residente em 2016.

¹⁴ Considerando um Coeficiente global de transformação de recolha seletiva em retomas de recolha seletiva de 0,93, tendo em conta os coeficientes mínimos de triagem e a proporção destes resíduos recolhida seletivamente;

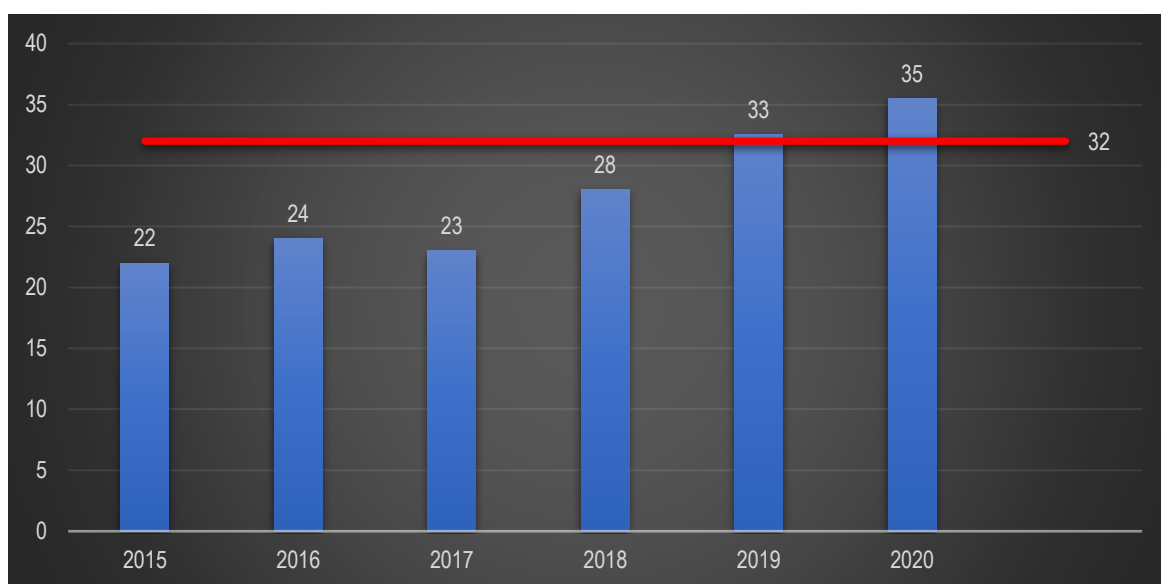


Figura 2 – Evolução do cumprimento da Meta “Retomas de Recolha Seletiva” (2015-2020)

6. Indicadores de desempenho para a avaliação da qualidade dos serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos prestados aos utilizadores

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos, onde se insere a Ambisousa, constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Estes serviços devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço, e de eficiência e equidade dos preços.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, Lei Orgânica da ERSAR, e ainda do Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, determinaram o alargamento das atribuições da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste enquadramento, a ERSAR tem a responsabilidade não apenas de promover a avaliação dos níveis de qualidade de serviço de todas as entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos, mas também de recolher e divulgar essa informação e elaborar e publicitar sínteses comparativas da mesma.

No ano de 2010, a ERSAR, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), editou um documento intitulado “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação” que surge na sequência da aplicação de uma 1.ª Geração do sistema de avaliação, restrita às entidades concessionárias.

A Ambisousa, apesar da sua atividade não se encontrar regulada até então, optou por incluir em Relatórios e Contas anteriores o resultado do seu desempenho ao nível de alguns dos indicadores, de modo a facilitar a comparação entre os vários sistemas de gestão de resíduos e a possibilitar a procura de melhores práticas, associadas ao *benchmarking*, que conduzam a um desempenho superior.

No ano de 2012 a ERSAR aplicou formalmente o sistema de avaliação (2ª Geração) a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos no Continente, entre as quais a Ambisousa, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de gestão, com base em dados de operação de 2011. A partir de 2012, a informação relativa à Ambisousa passou a integrar o “*Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal – RASARP (ERSAR)*”, contribuindo para a divulgação de informação relevante e de referência para os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O RASARP constitui-se assim como um relevante elemento de apoio aos decisores, bem como uma importante fonte de informação para todos os intervenientes e público em geral. A informação relativa à Ambisousa, e o respetivo desempenho anual, passam agora a estar publicamente disponíveis para consulta no “*módulo RASARP*” do *síte* da ERSAR (www.ersar.pt).

7. Investimento

A Ambisousa iniciou, em termos reais, a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes dezassete anos os investimentos da Ambisousa, EIM têm por objetivo a realização dos investimentos necessários e adequados de modo a fazer face não só às necessidades do momento, mas também a concretização dos investimentos necessários à antecipação de futuras necessidades e desafio. Assim, em 2020 o volume de investimento expresso no aumento verificado em Ativos Fixos Tangíveis foi de 1.147.346 €.

De destacar que após os investimentos já realizados no ano anterior relacionados com o arranque da prestação de serviços de recolha seletiva, onde se dotou a empresa de equipamentos para o início dessa nova atividade, nomeadamente a aquisição de viaturas (8 pesadas e 3 ligeiras), a Ambisousa continuou o seu programa de investimentos em 2020 relacionados com essa área, nomeadamente com a criação de um parque para pesados, a aquisição de 2 novos camiões, 2 gruas para camiões, 1 viatura ligeira, e aquisição de Contentores e Ecopontos que ascenderam a 983.199 €, conforme quadro abaixo:

	Valor (Eur)
Parque para Pesados - Aterro de Lustosa	53.930,50
Compactador Resíduos Sólidos	119.500,00
Camião DAF CF	184.380,00
Camião DAF CF	184.380,00
Grua p/Camião RENAULT C380 74-XR-98	34.250,00
Grua p/Camião RENAULT C380 74-XR-89	34.250,00
Peugeot 208 1.5HDI 66-ZX-52	20.478,58
Contentores	206.065,40
Ecopontos	145.965,00
TOTAL	983.199,48

8. Factos Relevantes Ocorridos após o Termo do Exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício

9. Evolução previsível da Atividade

Desde 2013 que a tendência de produção de resíduos no Vale do Sousa tem sido crescente. No ano de 2020, comparativamente com o ano anterior, a produção de resíduos indiferenciados atingiu os 4%. A par com este crescimento, os aterros sanitários da Ambisousa encontram-se próximos de atingir o seu limite de capacidade, pelo que urge a adoção de medidas concretas que garantam de uma forma efetiva o tratamento final dos resíduos urbanos. Por outro lado, o aumento da taxa de gestão de resíduos (TGR) será suficientemente alto que desmotivará a deposição direta em aterro sanitário, devendo ser consideradas formas alternativas de efetivar o tratamento da fração indiferenciada.

As atuais Diretivas Comunitárias, legislação nacional e planos nacionais, nomeadamente o PERSU 2020+ definem metas de valorização da fração orgânica dos RU, perspetivadas com o objetivo de reduzir a sua deposição em aterro e a consequente produção de biogás, e particularmente de metano, e o impacte deste gás sobre o efeito de estufa.

Face aos desafios futuros em matéria de resíduos, nomeadamente a pouca capacidade disponível em aterro sanitário, o elevado aumento da Taxa de Gestão de Resíduos (passando de 11€/ton em 2020 para 22€/ton em 2021) e a obrigatoriedade de os municípios recolherem seletivamente a fração de biorresíduos após 31/12/2023, a Ambisousa encontra-se atualmente a desenvolver um estudo com vista à implementação no Vale do Sousa de uma unidade de valorização orgânica por digestão anaeróbia. A referida unidade evitará a deposição direta dos resíduos em aterro sanitário, permitindo a separação dos resíduos recicláveis, o encaminhamento de resíduos verdes para tratamento biológico/compostagem, a disponibilização de um destino adequado para os Biorresíduos recolhidos seletivamente e a produção de energia elétrica renovável no processo. A Ambisousa, em colaboração com a Secretaria de Estado do Ambiente, encontra-se também a analisar a viabilidade de financiamento comunitário desta unidade.

Ao nível da fração seletiva, prevê-se futuramente um aumento do número de ecopontos existentes e, consequentemente, dos meios de recolha disponíveis, garantindo desta forma um elevado padrão de qualidade de serviço. A trajetória conseguida pela Ambisousa neste domínio, atingindo em 2020 um desempenho na ordem dos 35 kg/hab.ano e um incremento de +13 kg/hab.ano desde 2015, permite antever um crescimento futuro neste âmbito. Para além do referido reforço, como forma de contribuir para um aumento dos recicláveis a recolher, prevê-se também em 2021 a execução física das candidaturas aprovadas pelo POSEUR para os “Projetos inovadores – ecocentros móveis” e para a Recolha seletiva porta-a-porta em zonas piloto”.

O Contrato de Gestão Delegada celebrado entre a Ambisousa e a Associação de Municípios do Vale do Sousa, para o período de 10 anos, renovável, regula a delegação dos serviços de recolha seletiva dos resíduos recicláveis provenientes dos ecopontos e ecocentros integrados no sistema; a triagem dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente e seu encaminhamento através das entidades gestoras de fluxos de embalagem licenciadas no âmbito do SIGRE; receção, tratamento e destino final de resíduos da recolha indiferenciada, nomeadamente por via da gestão de aterros sanitários e instalações anexas e outras atividades no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos que a Delegante vier a delegar na Entidade Gestora, atento ao necessário equilíbrio financeiro.

10. Relevância das Matérias Ambientais

A Ambisousa trabalha para fazer do seu compromisso ético e do respeito pelo meio ambiente, as bases para a confiança de todas as pessoas e dos diferentes grupos com os quais se relaciona. A proteção ambiental é parte indissociável da atividade da Ambisousa e preocupação constante do seu desempenho, pelo que as matérias de cariz ambiental que desenvolve devem ser divulgadas, dado que são extremamente relevantes para a avaliação do respetivo desempenho e posição financeira.

10.1 Prevenção da Produção de Resíduos

A prevenção de resíduos ocupa o topo da pirâmide dos princípios da hierarquia dos resíduos, sendo portanto considerada como a mais importante operação neste sector. A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão.

No PERSU 2020, em matéria de prevenção da produção de resíduos, encontram-se estabelecidas as seguintes metas:

- *Até 31 de dezembro de 2016 alcançar uma redução mínima de produção de resíduos por habitante de 7,6% em peso relativamente ao valor verificado em 2012;*
- *Até 31 de dezembro de 2020 alcançar uma redução mínima da produção de resíduos por habitante de 10% em peso relativamente ao valor verificado em 2012.*

Embora a atual conjuntura económica e financeira que o país atravessa não permita investimentos muito alargados, impondo restrições orçamentais nestas áreas, constata-se que as metas traçadas pela Ambisousa no domínio da prevenção de resíduos têm sido genericamente cumpridas.

Anualmente é elaborado um Plano de Ação específico para a Semana da Prevenção de Resíduos, no qual são planeadas com detalhe todas as ações e campanhas que se prevê implementar neste âmbito, estimando os recursos necessários à execução das mesmas, bem como definindo um conjunto de indicadores de monitorização que possibilitem a sua posterior avaliação, enquadradas num cronograma temporal.

São ainda convidados todos os Municípios e escolas do Vale do Sousa a participar neste evento, desenvolvendo e inscrevendo ações enquadradas neste âmbito, contribuindo assim para um maior sucesso da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos.

10.2 Projeto de Compostagem Doméstica da Ambisousa

Em resposta às políticas nacionais em matéria de RUB previstas no PERSU 2020, e com o objetivo de proceder ao desvio destes resíduos de aterro, a Ambisousa, aproveitando as características da sua estrutura habitacional, iniciou em 2009 um projeto de compostagem doméstica no Município de Paços de Ferreira.

O projeto de compostagem caseira da Ambisousa envolve, para além da distribuição gratuita de equipamentos, uma monitorização e um acompanhamento periódico do processo por técnicos da Ambisousa, de forma a assegurar e a comprovar a correta utilização destes equipamentos.

Em 2020 a Ambisousa retomou o projeto de compostagem doméstica, abrangendo nesta fase inicial a realização de visitas a estabelecimentos escolares, bem como colocação de novos equipamentos em novas escolas aderentes ao projeto. Em 2020 encontram-se colocados 5 474 compostores domésticos.

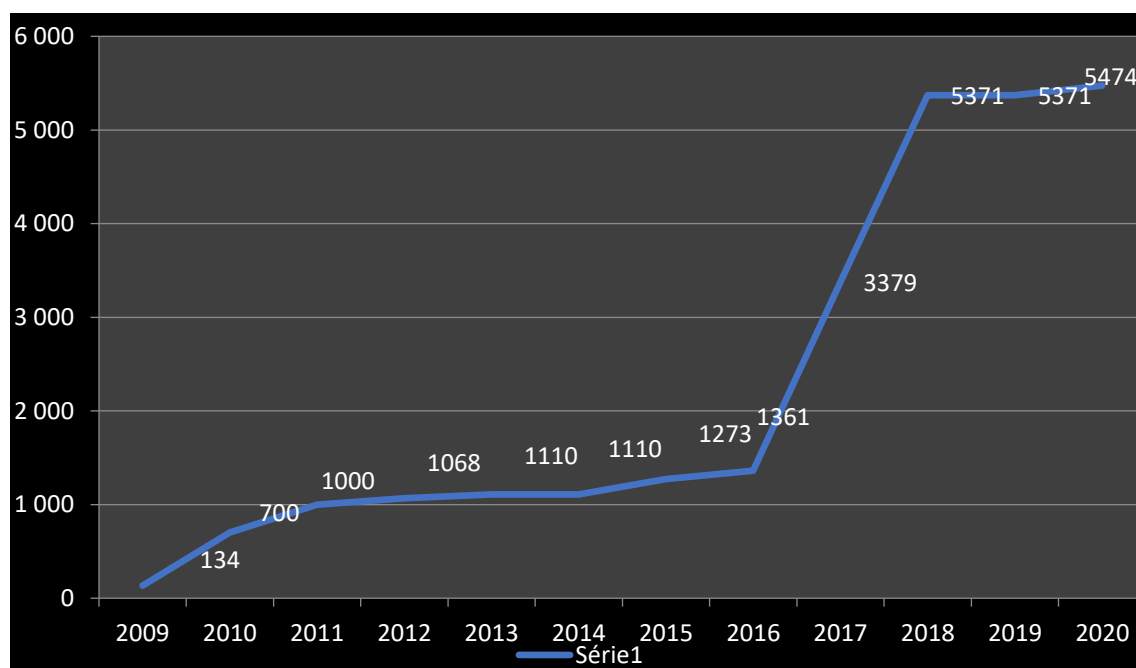


Gráfico 15 – N° de compostores distribuídos na Ambisousa

Atendendo ao número de compostores já distribuídos, estima-se que possam estar diretamente abrangidos a este projeto cerca de 13 685 habitantes, tendo sido desviadas de aterro aproximadamente 1.263 toneladas de resíduos biodegradáveis e produzidas cerca de 563 toneladas de composto.

Do total de compostores entregues, 169 equipamentos estão unicamente afetos a estabelecimentos de ensino, tendo sido algumas escolas distinguidas com o galardão “Escola Terra à Terra (Figura 1).



Figura 1 – Galardão “Escola Terra à Terra”

O Dia do Ambiente é uma data especial para a nossa equipa!

Já há vários anos que temos vindo a desenvolver iniciativas como a Semana do Ambiente, na qual geralmente existem sempre atividades que envolvem os mais pequenos numa ação de sensibilização para os cuidados a ter com o meio ambiente. Infelizmente, devido ao paradigma atual, provocada pela COVID-19, este ano comemoramos de forma digital nas redes sociais. Colocamos diferentes desafios e oferecemos ecobags aos mais criativos.

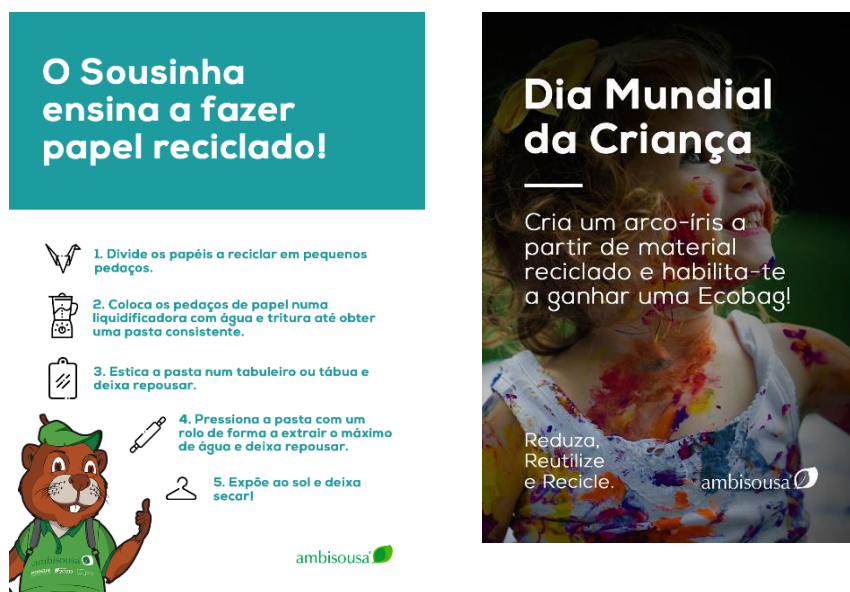


Figura 2 – Desafios lançados no “Dia do Ambiente”

10.4 Visitas Escolares

As visitas constituem uma atividade de sensibilização da Ambisousa de segunda a sexta-feira.

Começam com uma sessão de esclarecimento sobre a missão da Ambisousa, o seu objetivo e as diferentes infraestruturas. Em seguida, os formandos visitam a Estação de Triagem, local onde é feita a separação das embalagens, provenientes da recolha seletiva dos resíduos sólidos. Durante a visita é explicado o caminho que os resíduos percorrem, desde que são depositados nas respetivas infraestruturas até à sua passagem pelas unidades operacionais e o encaminhamento para o destino correto. A visita prossegue para o Aterro Sanitário, onde os formandos podem visualizar o espaço destinado à deposição final de resíduos sólidos.

Com estas visitas, os jovens ficam mais sensibilizados para as questões do Ambiente e para a importância cada vez maior que a Reciclagem assume na nossa sociedade!

Este ano, a Ambisousa viu grande parte das suas visitas serem canceladas. No entanto, nos períodos em que era permitido fomos realizando algumas sessões de esclarecimento com pequenos grupos. Em 2020 recebemos nas nossas instalações apenas 386 visitantes.



Figura 3 – Visitas às Infraestruturas da Ambisousa

10.5 Presença da Ambisousa em Eventos Públicos

Em 2020 apoiamos o Dia Internacional da Juventude, divulgada pela Smart Waste Portugal através do fornecimento de sacos para a recolha de resíduos, a serem utilizados na recolha de lixo nas praias em todo o território nacional continental.

Fomos parceiros da Sociedade Ponto Verde no Concurso Academia Ponto Verde na promoção e divulgação desta iniciativa junto de escolas, onde o objetivo é dotar alunos e professores de toda a informação sobre reciclagem e motivarmos a escola a dar um passo maior pelo ambiente, reciclando mais e melhor.

Apoiamos na elaboração e divulgar do vídeo de educação ambiental, do canal BioEscola, do Município de Lousada, através das filmagens da Estação de triagem e Aterro Sanitário de Lustosa.

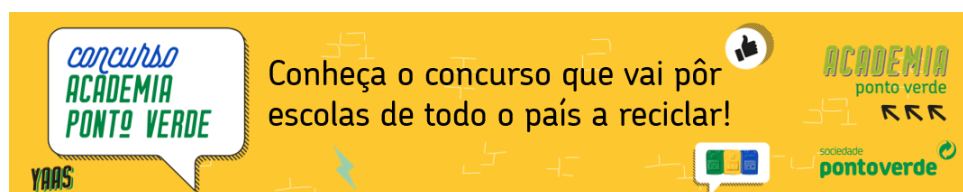


Figura 4 – Presença da Ambisousa em vários eventos públicos

10.6 Projeto “Tampinhas & Embalagens”

Desde 2005 que a Ambisousa promove este projeto, no qual efetua a troca de tampas e das respetivas embalagens plásticas por material ortopédico.

Embora este projeto possa ser mais enquadrado numa perspetiva de responsabilidade social, a componente ambiental está intrinsecamente associada, dado que desta forma também se evita que estes materiais sejam depositados em aterro sanitário.

Em 2020 a Ambisousa rececionou 58 toneladas tampas plásticas e 27 toneladas de embalagens plásticas, tendo disponibilizado cerca de 43.777€ para a aquisição de diverso material ortopédico.

Desde o início deste projeto, a Ambisousa recebeu mais de 2.384 toneladas de tampas e cerca de 622 toneladas de embalagens plásticas, tendo disponibilizado 1.715.865 € em material ortopédico.



Figura 5 – Exemplos do material disponibilizado via projeto “Tampinhas e Embalagens”

10.7 Pirilampo Mágico 2020

A campanha solidária Pirilampo Mágico, onde todos os Portugueses são os heróis, que deveria ter chegado em maio foi adiada para 2021.

A Ambisousa, no âmbito da sua política de responsabilidade social, tem-se associado nos últimos anos, a uma campanha que é hoje um dos maiores símbolos de solidariedade social em Portugal, sabendo que a causa a que está associada – o apoio a crianças e jovens com deficiência intelectual e/ou multideficiência – justifica todo o nosso apoio.

Os colaboradores da Ambisousa associam-se a esta campanha contribuindo com a compra do pirilampo ou outros artigos alusivos à campanha nomeadamente "pins", sacos, t-shirts, canecas e chávenas.

Estamos certos que em 2021 voltaremos mais solidários, mais fortes, unidos por uma causa que é de todos nós e com a mesma missão de sempre.



Figura 7 – Pirilampo Mágico

10.8 Licenças Ambientais e Licenças de Exploração

O esforço desenvolvido pela Ambisousa na proteção do ambiente no seu todo foi devidamente reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, com a emissão das Licenças Ambientais dos aterros de Lustosa e Rio Mau. Este reconhecimento resulta da nossa postura ambiental responsável e inflexível, sobre um domínio sobre o qual todos temos obrigação de zelar.

As Licenças n.º 36/0.1/2013 (aterro sanitário de Penafiel) e 64/0.1/2013 (aterro sanitário de Lustosa) regulam a gestão ambiental da atividade de exploração destas infraestruturas e compreendem o conjunto de procedimentos e planos de proteção ambiental a adotar pela Ambisousa, entre os quais o de um rigoroso Plano de Monitorização Ambiental, abrangendo análises periódicas às águas subterrâneas, lixiviados, águas superficiais, águas pluviais, gases emitidos e ao ruído.

10.9 Plano de Monitorização Ambiental

A Ambisousa cumpriu integralmente o Plano de Monitorização Ambiental estabelecido nas Licenças Ambientais em vigor, incidindo sobre o controlo das suas emissões, tendo sido alvo de monitorização os seguintes elementos:

- Dados topográficos;
- Dados meteorológicos;
- Dados qualitativos e quantitativos de qualidade de águas subterrâneas;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas pluviais potencialmente contaminadas;
- Dados qualitativos e quantitativos de lixiviados brutos produzidos;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas residuais após pré-tratamento e,
- Dados qualitativos de emissões atmosféricas.

A colheita de amostras e as análises referentes aos controlos das emissões foram realizados por laboratórios externos acreditados para o efeito, tendo os resultados obtidos sido enviados para as entidades competentes, nomeadamente a APA, a CCDR-N e a ERSAR.

No ano de 2020 o custo total das campanhas de monitorização rondou os 34 310 €, o que revela a importância atribuída pela Ambisousa a esta área. Conforme referido anteriormente, os resultados da monitorização são periodicamente enviados para verificação por parte das entidades administrativas, reunindo os elementos demonstrativos do cumprimento das licenças ambientais e de exploração, bem como os sucessos alcançados e as dificuldades encontradas para atingir as metas acordadas.

O RAA reúne todas as informações ambientais das infraestruturas da Ambisousa, incluindo pontos de situação relativos às condições de operação, nomeadamente no que se refere às operações e práticas de gestão de resíduos, alterações topográficas, controlo de lixiviados, gestão de recursos (água e energia), sistemas de

tratamento e pontos de emissão, emissões das instalações e monitorização ambiental, reclamações apresentadas, execução e metas do Plano de Desempenho Ambiental, emergências verificadas e ações corretivas implementadas.

Como já referido, para além da elaboração dos relatórios enunciados anteriormente, a Ambisousa, paralelamente, submete os dados de monitorização ambiental e de gestão de resíduos em várias plataformas informáticas para controlo e verificação externa pela APA, CCDR-N e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), designadamente:

- Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU/SiliAMB);
- Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR/SiliAMB);
- Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR);
- Balcão Eletrónico da CCDR-N (monitorização de emissões poluentes para a atmosfera), e
- Indicadores de 3ª Geração (Portal ERSAR).

Relativamente a esta última plataforma, os indicadores de 3ª Geração permitem avaliar o desempenho da Ambisousa para a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, bem como efetuam um *benchmarking* com outros sistemas de gestão de resíduos de âmbito nacional, comparando performances e desempenhos.

Acresce ainda que toda a base de dados de monitorização ambiental da Ambisousa encontra-se internamente concentrada num sistema de informação geográfica denominado “*AmbiSIG – Portal de Informação Geográfica e Monitorização Ambiental da Ambisousa*”. Esta ferramenta informática, para além das múltiplas vantagens no armazenamento e integração dos diferentes conjuntos de dados em sistema único, proporciona a georreferenciação dos vários equipamentos de proteção e controlo ambiental existentes, bem como uma análise e otimização dos recursos materiais e humanos afetos ao projeto de compostagem doméstica do Vale do Sousa (Figura 8).

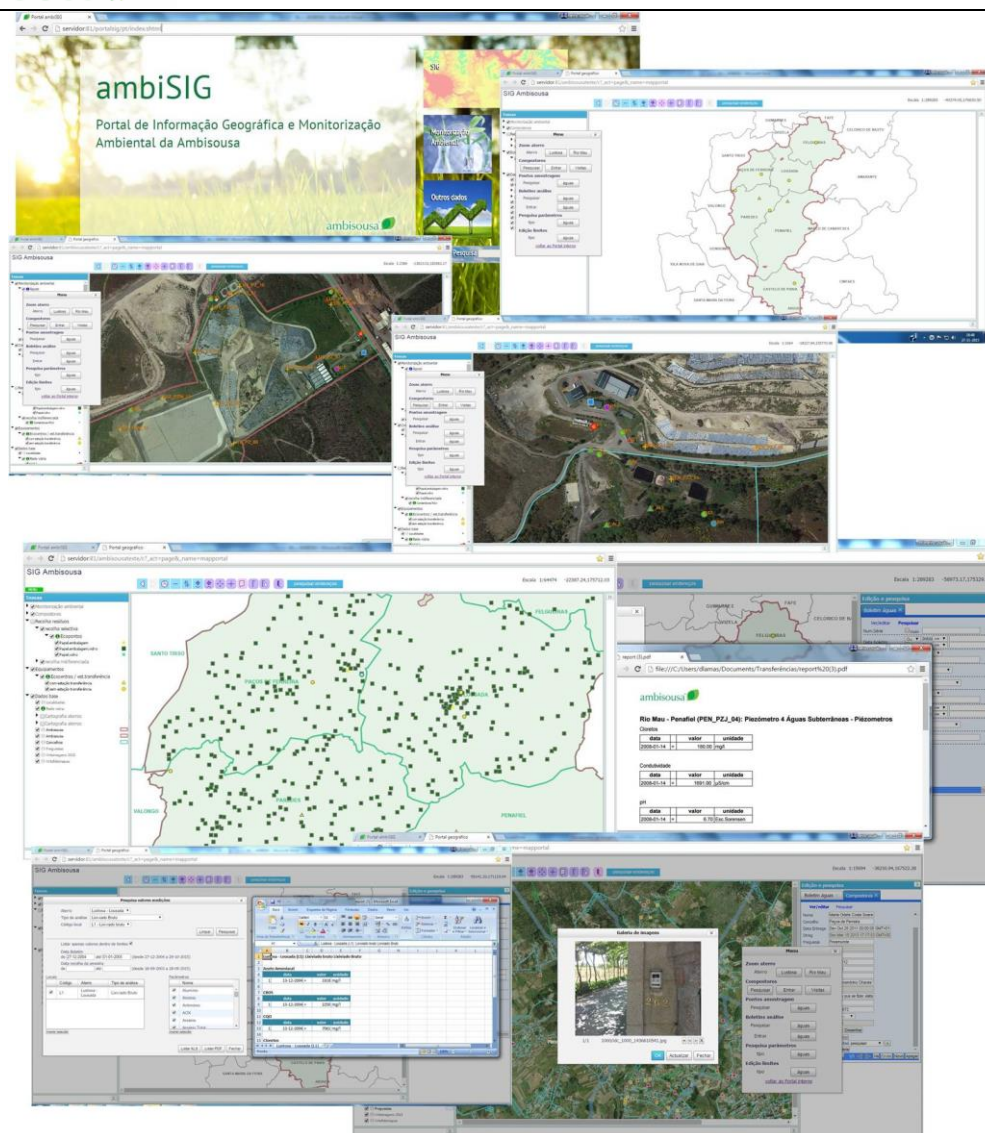


Figura 8 – Vários Prt Sc do AmbiSIG da Ambisousa

10.10 Tratamento de Lixiviados

De forma a garantir o tratamento eficaz e ambientalmente seguro dos lixiviados produzidos nos aterros sanitários, a Ambisousa efetua um pré-tratamento inicial por arejamento em lagoas, encaminhando posteriormente estes efluentes para tratamento numa Estação de Tratamento de Águas Residuais, por intermédio de camião-cisterna (aterro sanitário de Penafiel) ou por coletor municipal (aterro sanitário de Lustosa).

No ano de 2020 foram enviados para tratamento 91 919 m³ de lixiviado, representando uma ligeira diminuição de aproximadamente 8% face a 2019, explicada por uma menor incidência da precipitação média (4,1 mm/d vs 5,3 mm/d), conforme consta dos registos fornecidos pelas estações meteorológicas existentes nos aterros de Lustosa e Penafiel.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução anual deste indicador, bem como a evolução da respetiva precipitação média (mm/d), possibilitando constatar a relação direta que existe entre os mesmos.

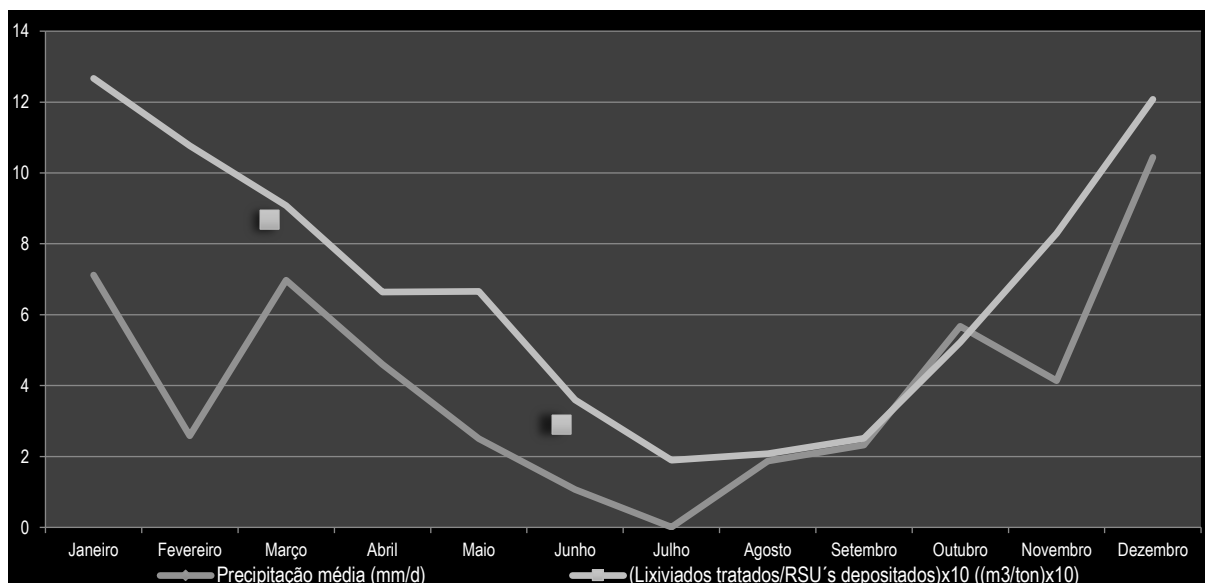


Gráfico 17 – Evolução do indicador “Lixiviados tratados/RSU’s depositados” e registo de Precipitação

10.11 Valorização do Biogás de aterro

O biogás produzido nos aterros sanitários, resultante da decomposição da fração biodegradável dos resíduos urbanos, é essencialmente constituído por metano (CH_4) e dióxido de carbono (CO_2), gases que contribuem significativamente para o aquecimento global.

Ciente da necessidade de que o biogás deve ser captado, tratado e utilizado de forma a reduzir ao mínimo os efeitos negativos ou a deterioração do ambiente e os riscos para a saúde humana, a Ambisousa implementou nos seus aterros Centrais de Valorização Energética (CVE). Nestas instalações o biogás produzido é captado e valorizado, produzindo consequentemente energia elétrica para injeção na Rede Elétrica Nacional.

No ano de 2020, as CVE dos aterros de Lustosa e Rio Mau produziram um total de 4 540 304 kWh, equivalente ao consumo de energia elétrica de 1.236 habitações, evitando a emissão de 3.204 toneladas de CO_2 . Esta produção obtida representa uma diminuição de aproximadamente -1%, face ao ano anterior.

No gráfico seguinte apresentam-se as evoluções das produções anuais de energia nas CVE (kWh), relativamente aos dois últimos anos.

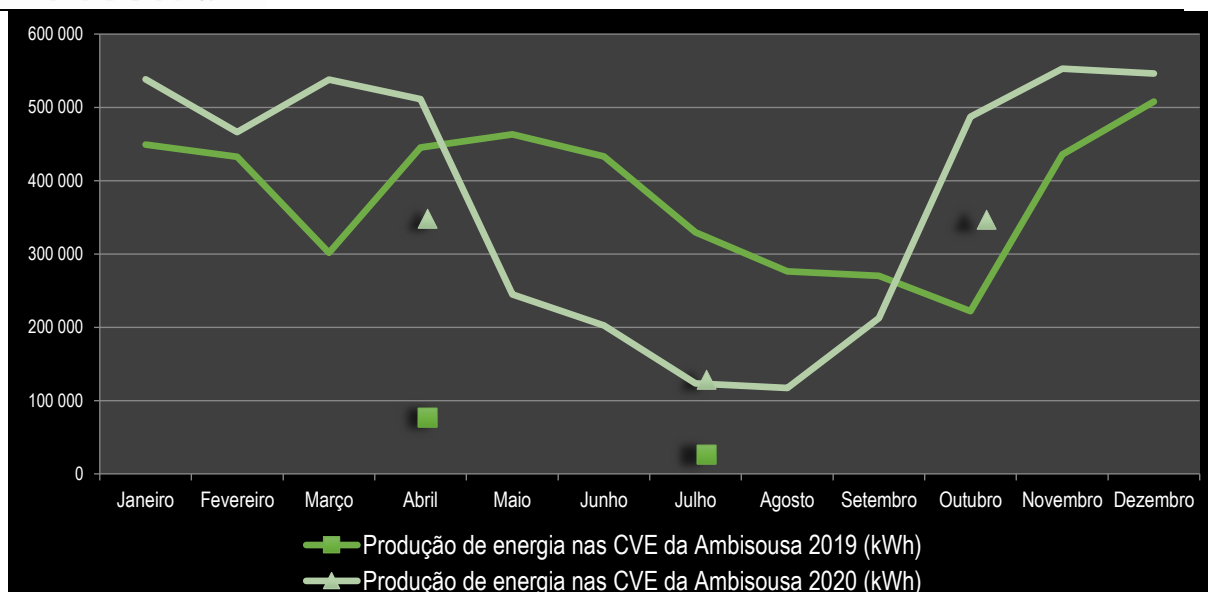


Gráfico 18 – Produções anuais de energia nas Centrais de Valorização Energética (kWh)

No gráfico seguinte apresenta-se uma comparação desde 2014, relativamente às emissões evitadas de CO₂ e ao equivalente de consumo de energia elétrica produzida.

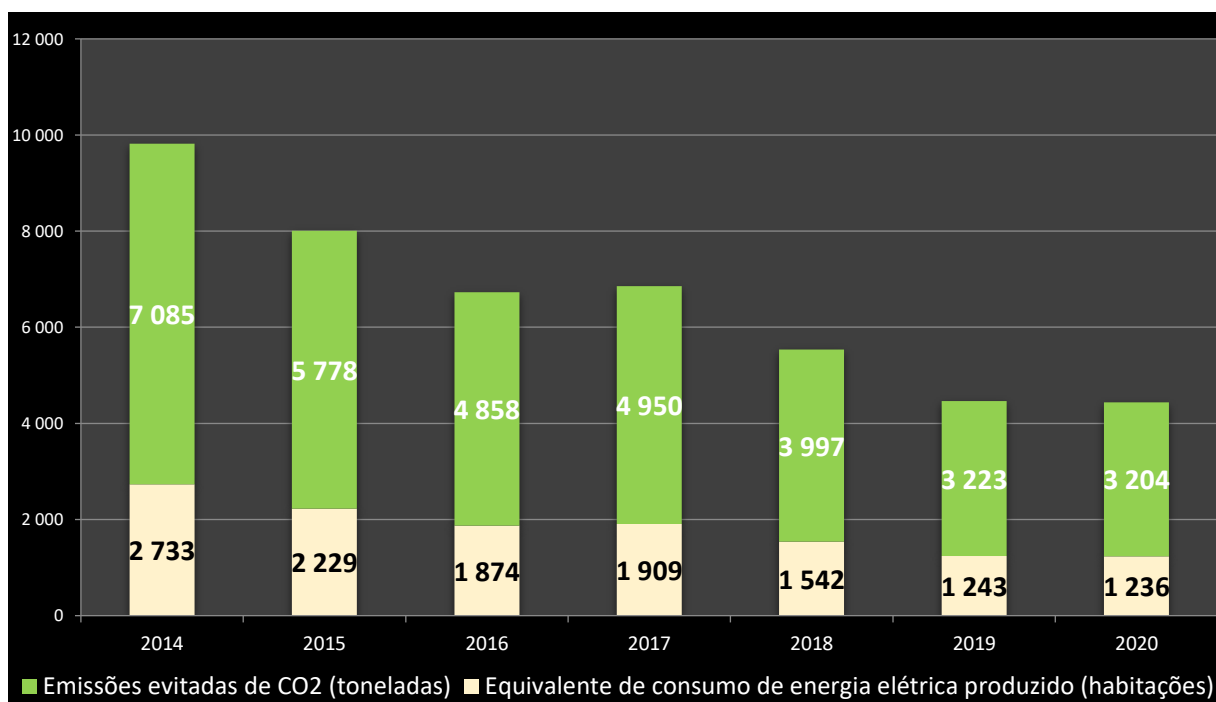


Gráfico 19 – Emissões evitadas de CO2 (ton) e Equivalente de consumo de energia elétrica produzida (habitações)

Ciente da necessidade de contribuir para um esforço conjunto de mitigação das alterações climáticas, aproveitando a orografia e as condições meteorológicas existentes nos aterros sanitários de Lustosa e Penafiel, a Ambisousa decidiu implementar em cada uma destas infraestruturas um sistema solar-fotovoltaico, com uma potência unitária de 70 kW.

Estima-se uma produção global anual, para cada sistema, de aproximadamente 116 000 kWh, traduzido num investimento total de aproximadamente 183.000 €. O período de retorno do investimento será, ao que tudo indica, de 5,3 anos.

O concurso foi lançado no final de outubro de 2013, e a respetiva entrada em funcionamento ocorreu em agosto de 2014, embora nesse mês tenham ocorrido os necessários testes de afinação

Este investimento, para além de apresentar um retorno rápido do investimento, enquadra-se e contribui efetivamente na concretização da iniciativa 20-20-20, lançada pela UE, na qual se pretende aumentar o peso das energias renováveis na Europa, reduzindo as emissões de CO₂ e melhorando a eficiência energética em 20% até 2020. A implementação deste sistema evidencia um excelente exemplo de boas-práticas ambientais e reflete o esforço da Ambisousa em promover a utilização de recursos energéticos renováveis e alternativos.

Até final de novembro de 2020¹⁵ foi produzido um total de 133 771 kWh de energia nas centrais solares fotovoltaicas da Ambisousa, no qual 44 790 kWh dizem respeito à unidade de Lustosa e 88 981 kWh à de Penafiel.

De setembro de 2014 até ao final de novembro de 2020, o sistema produziu na sua totalidade 1 194 381 kWh, dos quais 579 321 kWh no aterro de Lustosa, e 615 060 kWh no aterro de Penafiel (Gráfico 26).

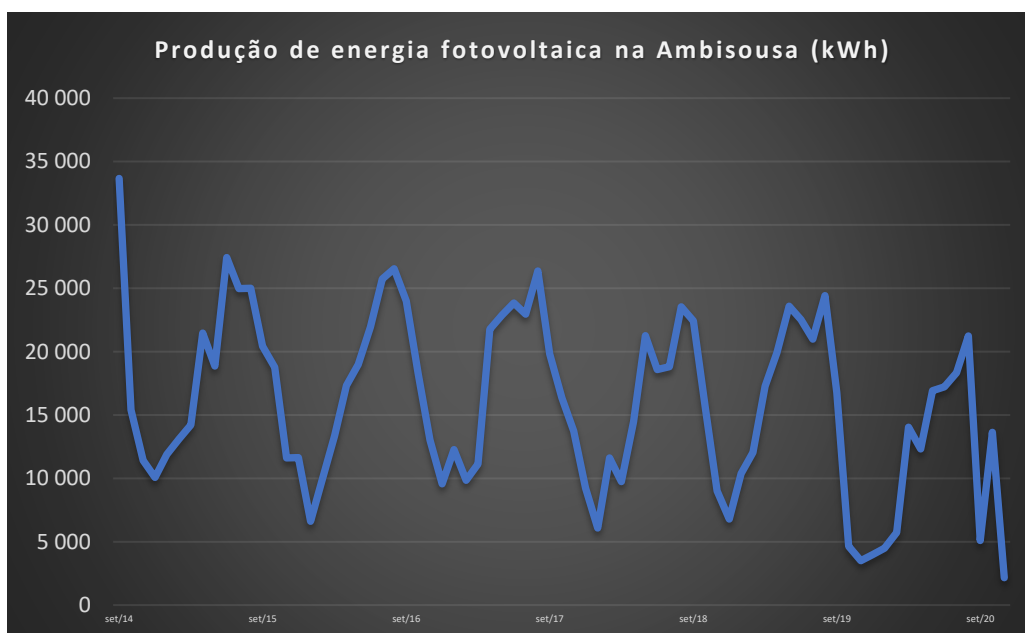


Gráfico 20 – Produção fotovoltaica na Ambisousa

¹⁵ Dados estabilizados até final desta data.

O Aterro de Inertes de Rio Mau localiza-se na Serra da Boneca, Município de Penafiel, e constitui-se como uma infraestrutura adequada à deposição de resíduos inertes, possibilitando a requalificação ambiental de uma antiga exploração de lousas (ardósias), repondo, tanto quanto possível, as condições iniciais do terreno e a sua integração paisagística.

A antiga exploração da louseira implicou alterações significativas no meio ambiente, com repercussões nos sistemas circundantes, originando uma diminuição e deterioração do coberto vegetal original, conduzindo a uma diminuição da qualidade biofísica de toda a área. De facto, resultou numa área onde são evidentes as alterações morfológicas provocadas, onde a criação de acessos aos poços e plataformas das escombreyas originou o assoreamento e desregularização das linhas de água existentes, nomeadamente, a Ribeira da Louseira, afluente do Rio Mau.

A deposição de resíduos inertes no local permitirá a criação de uma topografia mais próxima da original (antes da exploração da louseira), e a resolução de algumas situações inseguras no local. Após a deposição dos resíduos inertes, o aterro será selado e sujeito a integração paisagística, de modo a criar um parque de recreio.

Este aterro de inertes, único do género na área de intervenção da Ambisousa, possui uma capacidade total de 124 000 toneladas e um volume de encaixe total de 103 156 m³. Com esta Unidade, fica assim assegurado um destino final para este tipo de resíduos, evitando que sejam ilegalmente descarregados no meio ambiente e permitindo a resolução de um pesado passivo ambiental.

A licença de exploração do Aterro de Resíduos Inertes foi renovada em 2016 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), sendo válida até 31 de dezembro de 2022.

Em 2020, este aterro rececionou 531,96 toneladas de resíduos inertes, o que se traduz numa diminuição de aproximadamente 31%, face a 2019. Em termos globais, o aterro de resíduos inertes da louseira da boneca rececionou até ao momento 9 025,90 toneladas de material inerte.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução das quantidades totais rececionadas nesta instalação.

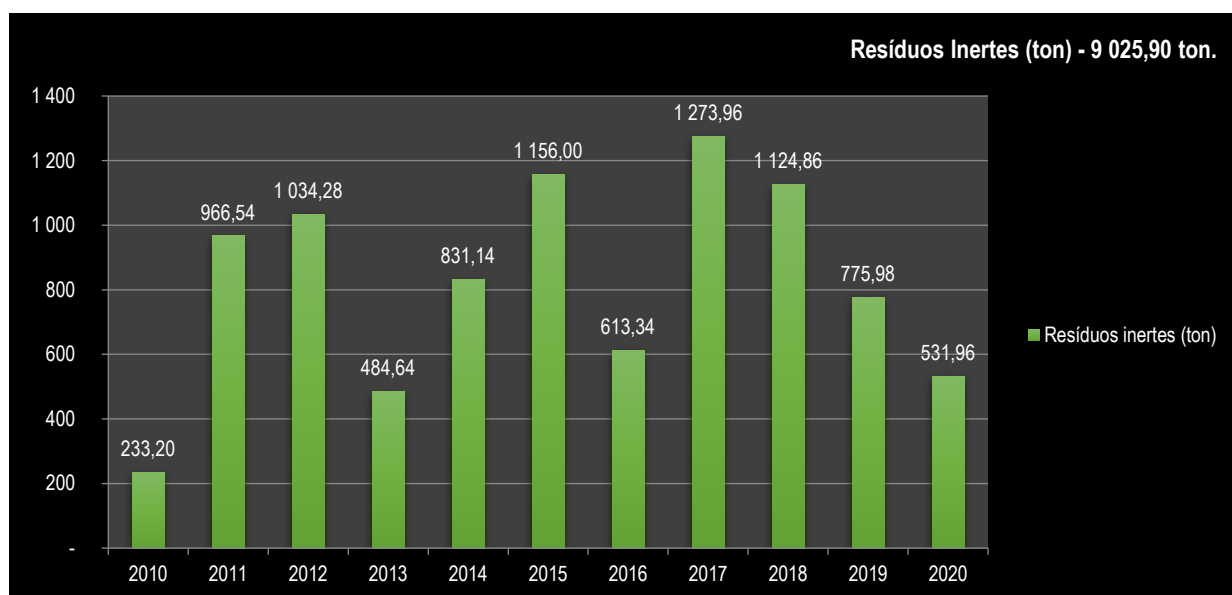


Gráfico 21 – Resíduos inertes rececionados

10.14 Reformulação das Unidades de Triagem de Lustosa e Penafiel

A candidatura “Reforço da recolha seletiva e triagem de Resíduos Urbanos” insere-se na estratégia definida no Eixo 2 - Promover o aumento das recolhas seletivas e a retoma de materiais recicláveis do PAPERSU da Ambisousa, compreendendo a densificação da atual rede de ecopontos, bem como a reformulação dos centros de triagem de Lustosa e Penafiel. Esta candidatura obteve um financiamento aprovado pelo POSEUR de 5.218.942,63 €.

Esta obra foi iniciada em novembro de 2017, tendo até final desse ano sido desenvolvidos os trabalhos de definição de *layout* final das instalações, elaboração do projeto de execução, bem como início das demolições da antiga unidade de triagem de Lustosa.

Durante o ano de 2018 foi executada cerca de 80% da obra, correspondendo à quase totalidade da parte de construção civil e também à maioria dos equipamentos eletromecânicos previstos. Em 2019 os centros de triagem iniciaram a sua atividade.

O encerramento desta candidatura está dependente da conclusão do processo de insolvência de um dos elementos do consórcio que executou a obra da “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel”, cujo último auto de medição não foi aprovado.

Na Figura seguinte apresentam-se imagens da nova Estação de Triagem de Lustosa.



Figura 9 – Imagens da nova Unidade de Triagem de Lustosa

10.15 Rede de ecopontos

Tendo em vista potenciar a recuperação de materiais recicláveis e o cumprimento das metas impostas no quadro legislativo, tem sido uma preocupação da Ambisousa em colocar à disposição de todos os munícipes da sua área de intervenção equipamentos adequados à deposição seletiva de resíduos.

Para o efeito, a Ambisousa tem vindo a fornecer ecopontos aos vários Municípios, quer para aumento da rede, quer para substituições de equipamentos danificados.

No final de 2020 contabilizou-se no Vale do Sousa um total de 1 505 ecopontos, aos quais corresponde um rácio de 1 ecoponto para 220 habitantes.

Encontram-se também instalados um total de 241 vidrões isolados, aos quais a Ambisousa também efetua a respetiva recolha.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de ecopontos disponíveis no Vale do Sousa desde 2012.

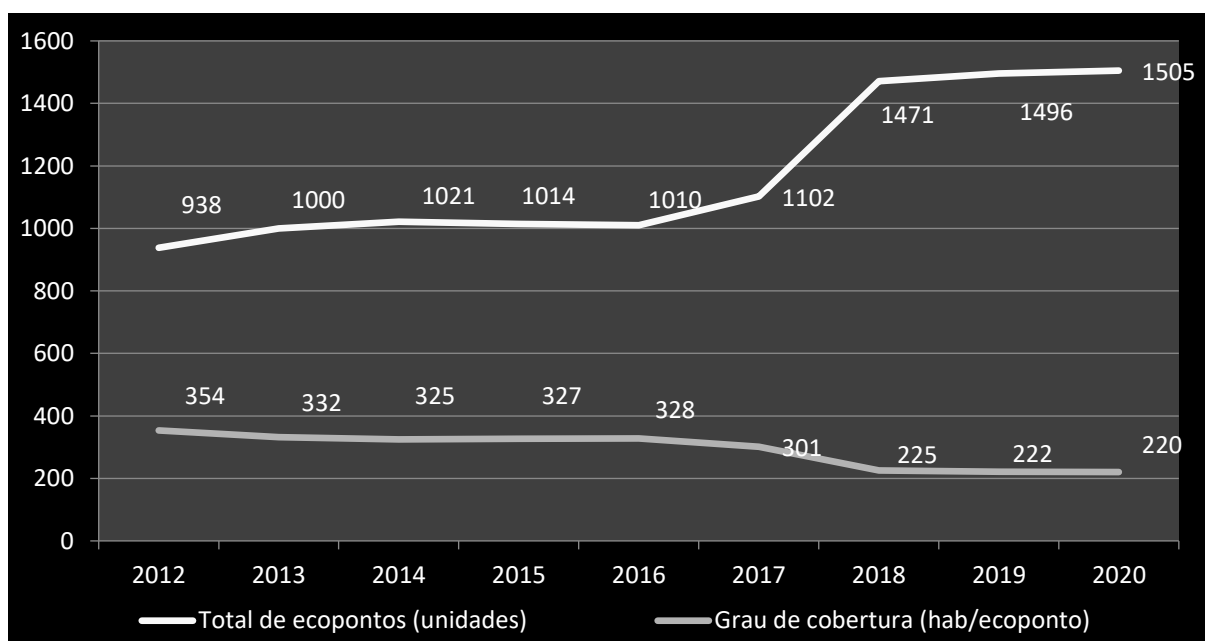


Gráfico 22 – Evolução do nº de ecopontos disponíveis e respetivo grau de cobertura no Vale do Sousa

10.16 Projetos inovadores – Ecocentros móveis

A presente operação tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis (têxteis, jornais e revistas, madeiras, pilhas e suportes multimédia) na área de intervenção da AMBISOUSA, a efetuar através de recolha itinerante (Ecocentros Móveis) que, concomitantemente, assegurará também a recolha seletiva 3F, em particular em zonas não servidas pela atual rede de ecopontos. Com esta operação pretende-se contribuir para o aumento da preparação para reutilização e reciclagem, retomas de recolha seletiva e para o desvio de RUB de aterro, e ainda, para a progressiva eliminação da deposição direta de resíduos urbanos em aterro. A operação visa aumentar quantitativos de RS (novos fluxos; complementar a esquemas

existentes) por Ecocentros Móveis com sistema PAYT (premiando aderentes com descontos à tarifa). Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 31/07/2019 e tem um investimento previsto de 360.700€.

Esta candidatura já se encontra em curso, tendo sido já fornecidas as 2 viaturas previstas (viaturas de 26 ton, equipadas com grua e ampliroll), bem como a estrutura dos ecocentros móveis. Está atualmente em execução o estudo para definição dos locais a parquear os ecocentros móveis e respetiva calendarização.

10.17 Recolha seletiva porta-a-porta em zonas piloto

A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. A recolha seletiva porta-a-porta em produtores domésticos será implementada em áreas predominantemente de moradias (zonas piloto) em 5 dos 6 concelhos integrantes da AMBISOUA, sendo abrangida uma população de 16 500 habitantes (cerca de 5% do total do Sistema) e 6 100 fogos. Os produtores não domésticos abrangidos são 260 estabelecimentos, dos quais 20% HORECA. Os objetivos da operação são o acréscimo de materiais a recolher de 2.057 t/ano, dos quais cerca de metade em produtores domésticos (59 Kg/hab.ano), assim contribuindo para os objetivos nacionais de aumento das retomas da recolha seletiva, aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis, e da redução da deposição de RU em aterro. Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 17/10/2019 e tem um investimento previsto de 994.250€.

Esta candidatura já se encontra em curso, estando atualmente a ser executados os estudos de base para definição das zonas piloto a abranger pelo projeto. Está igualmente em curso o fornecimento de 19.300 contentores de pequena volumetria para alocar às zonas piloto.

11. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 – Situação Económica

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Ambisousa, EIM, no exercício de 2020.

Considerando o dinamismo da evolução epidemiológica do Covid-19 que rapidamente passou a ser classificada como uma pandemia à escala global e cujo impacto económico em Portugal, Europa e no Mundo, foi relevante e não é possível nesta fase aferir ou inferir corretamente a extensão do impacto que este constrangimento terá no exercício de 2021 e seguintes.

No exercício de 2020 o impacto económico verificado foi positivo, ou seja, houve um aumento de resíduos produzidos (aumento de deposição de resíduos e aumento da reciclagem) e consequente aumento do volume de negócios. O impacto operacional sentido na atividade da empresa foi mínimo, tendo a empresa recorrido ao teletrabalho quando o mesmo foi recomendado e efetuado os ajustamentos necessários para garantir a segurança dos trabalhadores.

Os resultados apresentados foram os seguintes:

(Valores em Euros)	2020	2019
Resultados Operacionais	99.901	727 255
EBITDA	1.935.267	1 471 673
Resultados Antes de Impostos (RAI)	99.861	727 255
Imposto sobre o Rendimento	-30.740	-152 130
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	69.121	575 125

A Ambisousa EIM, concluiu o exercício económico de 2020, com uma situação económica favorável, sendo de realçar o desempenho nos resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) que ascendeu a 1.935.267€. os restantes resultados são igualmente positivos mesmo tendo em consideração o forte efeito que as amortizações 1.835.367€ tiveram no RAI e RLE.

Rendimentos e ganhos

(Valores em Euros)	2020	2019	Variação	
			2020-2019	
			Valor	%
Vendas	2.448.031	1.781.617	666.414	37,40%
Prestação de serviços (gestão de resíduos)	3.566.434	2.909.105	657.329	22,60%
Subsídios à Exploração	11.565	56.383	-44.818	-79,49%
Ganhos e perdas imp de subs, associadas	1.000	1.500	-500	-33,33%
Outros Rendimentos e Ganhos	433.890	294.606	139.284	47,28%
Total dos Rendimentos e Ganhos	6.460.919	5.043.210	1.417.709	28,11%

Os rendimentos e ganhos do exercício atingiram o montante 6.460.919 Euros. Este valor reflete uma variação em relação ao ano de 2019 de mais 1.417.709 Euros. Esta variação resultou no essencial de um forte incremento das vendas de reciclados, com uma variação de cerca de 666.413 Euros. De forma semelhante, a prestação do serviço de deposição de resíduos contou com uma variação positiva de 666.131 Euros, o que traduz uma continuidade da evolução positiva iniciada no ano transato em relação a 2018 no qual tinha ocorrido uma quebra.

Gastos e Perdas

(Valores em Euros)	2020	2019	Variação	
			2020-2019	
			Valor	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	440.633	303.729	136.904	45,07%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.085.558	1.993.258	92.300	4,63%
Custos com o Pessoal	1.769.454	1.120.872	648.582	57,86%
Outros Gastos e Perdas	230.007	153.678	76.329	49,67%
Amortizações, Ajustamentos e Imparidade	1.835.367	744.418	1.090.949	146,55%
Total dos Gastos e Perdas	6.361.019	4.315.955	2.045.064	47,38%

O total dos gastos e perdas de 2020 ascenderam ao valor de 6.361.019 Euros, evidenciando em forte agravamento de cerca de 47,38% (2.045.065 €) relativamente ao exercício de 2019.

Esta evolução foi deve-se, no essencial, pela evolução das rubricas “Amortizações, Ajustamentos e Imparidade” com mais 1.090.949 Euros. Este forte incremento deve-se em grande medida às depreciações relativas com a Selagem dos Aterros (728.153 €) e do aumento das restantes depreciações evidenciadas em quadro abaixo, reveladoras da trajetória de investimentos da empresa:

	2020	2019	Variação
Depreciações-edifícios outras construções	381.469	280.234	101.236
Depreciações-equipamento básico	428.323	268.760	159.563
Depreciações-equipamento de transporte	245.531	117.541	127.989
Depreciações-equipamento administrativo	8.203	5.400	2.803
Depreciações-outros ativos fixos tangíveis	18.860	5.598	13.262
Programas de computador	24.828	6.207	18.621
Selagem dos Aterros - Intangíveis	728.153	60.679	667.474
Total das Depreciações	1.835.367	744.418	1.090.949

Note-se que a depreciação em 2019 da selagem dos aterros foi apenas de 61 mil euros uma vez que a atualização do respetivo estudo económico foi realizada em dezembro, correspondendo como tal a apenas um mês de depreciação. Em 2020 corresponde a 12 meses.

De igual forma, a rubrica "Custos com Pessoal", contou com um agravamento de 648.582 Euros. Este acréscimo deveu-se, à semelhança do ano anterior, ao incremento da atividade de recolha de reciclados e à consequente necessidade de recrutamento de pessoal.

Situação Patrimonial e Financeira (valores em Euros)

	2020	2019	Variação %	
Ativos fixos tangíveis	7.472.740	7.407.780	64.960	0,88%
Ativos fixos intangíveis	1.994.197	2.728.555	-734.358	-26,91%
Ativo Corrente	12.362.899	11.479.303	883.596	7,70%
Clientes	3.253.902	2.378.177	875.726	36,82%
Caixa e depósitos bancários	8.033.494	8.459.181	-425.687	-5,03%
Total do Ativo	21.839.590	21.619.618	219.972	1,02%
Capital Próprio	11.748.296	11.464.723	283.573	2,47%
Provisões	5.935.791	5.912.161	23.630	0,40%
Passivo por impostos diferidos	687.281	630.275	57.006	9,04%
Passivo Corrente	3.468.222	3.612.459	-144.237	-3,99%
Fornecedores	313.069	460.749	-147.681	-32,05%
Outras dividas a pagar	3.109.850	3.058.813	51.037	1,67%
Total do Capital Próprio e Passivo	21.839.590	21.619.618	219.972	1,02%

No que respeita a análise da situação patrimonial e financeira, destaca-se que apesar de o total do Ativo se ter mantido praticamente inalterado relativamente ao ano anterior, com uma variação positiva de 1,02%, existiram em 2020 importantes alterações na sua composição.

Na realidade, e fruto do registo no final de 2019 de intangíveis relacionados com o aumento dos custos estimados com a selagem dos aterros, constata-se que a inerente depreciação registada em 2020 teve um efeito importante na redução dos ativos fixos intangíveis de 2020.

No sentido inverso, o valor registado na rubrica clientes sofreu um incremento de 875.726€ (36,82% face ao ano anterior).

De destacar ainda a redução de 32,5% na rubrica fornecedores (-147.681€ face ao ano anterior) o que contribuiu, a par com o exposto anteriormente para a seguinte evolução dos indicadores Financeiros:

Indicadores Financeiros

INDICADORES	2020	2019	2018
Liquidez Geral	3,56	3,18	3,59
Fundo de Maneio *	8.895	7 867	8 440
Prazo médio Recebimentos **	197	185	181
Autonomia Financeira	%54	53%	59%
Meios Libertos *	1.766	1 320	1 342

* Valores em milhares de euros

** Valores em dias

Em relação aos indicadores financeiros apresentados, registre-se o facto de se manterem positivos, sendo de realçar, o facto do prazo médio de recebimentos ter piorado ligeiramente, passando de 185 dias para um prazo de 197 dias, neste exercício.

Os indicadores de liquidez geral, fundo de maneoio, autonomia financeira e meios libertos tiveram uma evolução positiva que traduzem uma boa situação económica e financeira, interrompendo a muito ligeira quebra de 2019 em face aos dois períodos anteriores.

12. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal, nem ao Centro Regional da Segurança Social, nem quaisquer outras entidades públicas.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do exercício de 2020, que ascendeu ao valor de 69.120,74€ €, seja dada a seguinte aplicação:

- 10 % para Reserva Legal, na quantia de 6.912,07 €;
- A quantia remanescente, no valor de 62.208,67 €, seja aplicado na conta “Reserva para Investimentos Futuros”.

14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos das alíneas a), b) e d) do número 1 do Artigo 29º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço da Empresa;

Demonstração dos Resultados por Natureza;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Demonstração das variações do Capital Próprio

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-20	31-dez-19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	(8)	7.472.739,53	7.407.779,97
Ativos intangíveis	(7)	1.994.196,54	2.728.554,61
Participações financeiras- outros métodos	(9)	510,00	510,00
Outros Investimentos financeiros	(15.10)	9.244,69	3.470,58
		9.476.690,76	10.140.315,16
Ativo Corrente			
Inventários	(10)	69.616,32	62.733,40
Clientes	(14.1)	3.253.902,40	2.378.176,88
Estados e outros entes públicos	(15.1)	911.959,07	566.700,94
Outros créditos a receber	(14.2)	2.563,12	2.025,21
Diferimentos	(15.2)	91.364,02	10.485,55
Caixa e depósitos bancários	(4)	8.033.494,16	8.459.180,71
		12.362.899,09	11.479.302,69
Total do Ativo		21.839.589,85	21.619.617,85
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	(14.5)	600.000,00	600.000,00
Reservas legais	(14.6)	736.512,70	679.000,17
Outras reservas	(14.6)	7.758.735,35	7.241.122,62
Ajustamento / Outras variações no capital próprio	(14.7)	2.583.926,81	2.369.474,75
		11.679.174,86	10.889.597,54
Resultado líquido do período		69.120,74	575.125,26
Total do capital próprio		11.748.295,60	11.464.722,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	(13)	5.935.790,57	5.912.160,74
Passivo por impostos diferidos	(14.7)	687.281,36	630.275,11
		6.623.071,93	6.542.435,85
Passivo corrente			
Fornecedores	(14.3)	313.068,75	460.749,31
Estado e outros entes públicos	(15.1)	45.303,45	92.896,97
Outras dívidas a pagar	(14.4)	3.109.850,12	3.058.812,92
		3.468.222,32	3.612.459,20
Total do passivo		10.091.294,25	10.154.895,05
Total do capital próprio e do passivo		21.839.589,85	21.619.617,85

(1) - O euro.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro 2020

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	(11)	6.014.464,38	4.690.721,76
Subsídios à exploração	(15.8)	11.565,17	56.382,82
Ganhos/perdas imput de subsid, associadas e empreend.conj.	(9)	1.000,00	1.500,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-440.632,75	-303.729,16
Fornecimentos e serviços externos	(15.3)	-2.085.557,93	-1.993.257,86
Gastos com o pessoal	(15.4)	-1.769.453,97	-1.120.871,73
Outros rendimentos	(15,5)	433.889,82	294.605,81
Outros gastos	(15,6)	-230.007,47	-153.678,20
Resultado antes de deprec, gastos de financ. e imp		1.935.267,25	1.471.673,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15,7)	-1.835.366,52	-744.417,91
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e imp)		99.900,73	727.255,53
Juros e gastos similares suportados		-39,67	0,00
Resultado antes de impostos		99.861,06	727.255,53
Imposto sobre o rendimento do período	(12)	-30.740,32	-152.130,27
Resultado líquido do período		69.120,74	575.125,26

(1) - O euro.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Notas	2020	2019
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		7.204.704,06	5.809.870,85
Pagamentos a fornecedores		-4.012.055,06	-2.497.524,47
Pagamentos ao Pessoal		-1.460.024,85	-667.244,12
Fluxo gerado pelas operações		1.732.624,15	2.645.102,26
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento		-206.020,84	-153.226,31
Outros recebimentos/pagamentos relativos à activ. operacional	(4)	-1.219.742,54	-1.509.466,76
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		306.860,77	982.409,19
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		699.079,52	1.230.481,49
Juros e rendimentos similares		3.114,60	8.139,26
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-5.774,50	-2.050,67
Activos fixos tangíveis		-1.441.532,11	-3.188.957,52
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-745.112,49	-1.952.387,44
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos/recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações	(15.8)	11.565,17	56.382,82
Dividendos	(9)	1.000,00	1.500,00
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		12.565,17	57.882,82
Variações de caixa e seus equivalentes		-425.686,55	-912.095,43
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.459.180,71	9.371.276,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8.033.494,16	8.459.180,71

(valores em euros)

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Demonstração individual das alterações no capital próprio no exercício de 2019

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital SUBSCRITO	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	600.000,00	642.561,95	6.913.178,66	1.557.360,26	364.382,18	10.077.483,05	10.077.483,05
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	600.000,00	642.561,95	6.913.178,66	1.557.360,26	364.382,18	10.077.483,05	10.077.483,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Aplicação de resultado líquido			36.438,22	327.943,96		(364.382,18)	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos					0,00		0,00	0,00
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento					812.114,49		812.114,49	812.114,49
	2	0,00	36.438,22	327.943,96	812.114,49	(364.382,18)	812.114,49	812.114,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					575.125,26	575.125,26	575.125,26
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						575.125,26	575.125,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							0,00	
Realizações de capital							0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão							0,00	0,00
Distribuições							0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00	0,00
Outras operações							0,00	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	600.000,00	679.000,17	7.241.122,62	2.369.474,75	575.125,26	11.464.722,80	11.464.722,80
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	7	600.000,00	679.000,17	7.241.122,62	2.369.474,75	575.125,26	11.464.722,80	11.464.722,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Aplicação de resultado líquido			57.512,53	517.612,73		(575.125,26)	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos					(57.004,87)		(57.004,87)	(57.004,87)
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento					271.456,93		271.456,93	271.456,93
	8	0,00	57.512,53	517.612,73	214.452,06	(575.125,26)	214.452,06	214.452,06
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9					69.120,74	69.120,74	69.120,74
RESULTADO INTEGRAL	10=8+9						69.120,74	69.120,74
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							0,00	
Realizações de capital							0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão							0,00	0,00
Distribuições							0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00	0,00
Outras operações							0,00	0,00
	11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	12=7+8+10	600.000,00	736.512,70	7.758.735,35	2.583.926,81	69.120,74	11.748.295,60	11.748.295,60

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

15. Notas às Demonstrações Financeiras

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa, junta-se o anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Identificação da entidade

A Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM foi constituída por escritura pública celebrada em 14 de outubro de 2002.

Tem a sua sede na Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos 4620-009 Lousada.

A Empresa tem como objeto social a exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza e higiene públicas, na área geográfica do Vale do Sousa.

A Associação de Municípios do Vale do Sousa é a única detentora do capital social, que atualmente ascende a 600.000 €.

O Decreto Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 17.º que “Um município, uma associação de municípios ou uma área metropolitana podem delegar os respetivos serviços descritos no artigo 2.º em empresa do sector empresarial local, abreviadamente designada por empresa municipal, cujo objeto compreenda a gestão dos mesmos.” E no n.º 3 do mesmo artigo que “A delegação referida no n.º 1 é efetuada através da celebração de contrato de gestão delegada entre o município, a associação de municípios ou a área metropolitana e a empresa municipal delegatária.”

Neste sentido, em 17/07/2019 foi celebrado entre a Ambisousa e a Associação de Municípios do Vale do Sousa um contrato de gestão delegada que regula a delegação dos serviços de recolha seletiva dos resíduos recicláveis provenientes dos ecopontos e ecocentros integrados no sistema; a triagem dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente e seu encaminhamento através das entidades gestoras de fluxos de embalagem licenciadas no âmbito do SIGRE; receção, tratamento e destino final de resíduos da recolha indiferenciada, nomeadamente por via da gestão de aterros sanitários e instalações anexas e outras atividades no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos que a Delegante vier a delegar na Entidade Gestora, atento ao necessário equilíbrio financeiro.

No Contrato de Gestão Delegada é também definido o regime dos bens afetos à prestação de serviços, que são propriedade dos municípios e que foram cedidos à Ambisousa para execução do Contrato, que impende a obrigação de devolução aos municípios que os cederam, no termo do mesmo, o que se justifica pelo simples facto de a Ambisousa não ser a proprietária de tais bens.

Consideram-se afetos à prestação dos serviços pela Entidade Gestora os bens que lhe foram transmitidos pelos Municípios nos termos aí definidos, nomeadamente os ecopontos.

Por outro lado, os bens adquiridos *ab initio* pela Ambisousa (ou que venham por esta a ser adquiridos) são da sua propriedade, e não dos municípios.

Quanto a estes bens, findo que seja o Contrato, permanecerão na propriedade da Ambisousa, fazendo parte integrante dos seus ativos e da sua relação de bens, não se aplicando sobre estes a disposição do n.º 11 da cláusula 10.º do Contrato.

Assim, apenas os bens “municipais” que foram afetos à prestação de serviços reverterem para os municípios. Os demais são da propriedade da Ambisousa, quer os adquiridos até ao momento, quer os investimentos futuros, não sendo revertidos para os municípios por força do termo do Contrato. Nesta situação enquadram-se os ecopontos e aterros adquiridos/construídos pela Ambisousa.

O Contrato de Gestão Delegada está sujeito a parecer obrigatório da ERSAR, sob pena de nulidade, nos termos do preconizado no Decreto-Lei n.º 194/2009, tendo sido remetido a esta entidade para o efeito em 31/05/2019, não tendo até à data a mesma apresentado qualquer parecer. O Conselho de Administração obteve um parecer jurídico suportando que a ERSAR tem 30 dias para emitir parecer, passado este período o contrato pode ser executado, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
	Anos de vida útil	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 20	10 - 20
Equipamento básico	8 - 20	8 - 20
Equipamento de transporte	4	4
Equipamento administrativo	4 - 10	4 - 10
Outros Ativos tangíveis	3 - 20	3 - 20

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo fixo tangível ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Imparidade A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;

- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;

- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;

- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;

- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se, por um lado, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respetivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da Linha Reta. Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os intangíveis relacionados com as selagens dos aterros até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
	Anos de vida útil que restam	Anos de vida útil que restam
Aterro de Lustosa	3 anos	4 anos
Aterro de Rio Mau	2 anos	3 anos

Prevê-se que o Aterro de Lustosa encerre em 2023 e o Aterro de Rio Mau encerre em 2022.

A vida útil do software é de 3 anos.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / reversões de depreciação e amortização.

(c) Participações financeiras - outros métodos

A Empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em empresas que não são subsidiárias nem associadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

Imparidade

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. A evidência objetiva de imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;
- Alterações significativas com efeitos adversos que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que o emitente opere.

Todos os instrumentos de capital próprio foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

(d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(d.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados;
- Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

- As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é residente em Portugal e é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%. Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(e) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
 - Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.
- Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

(f) Ativos Financeiros não incluídos na alínea c) acima

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os Ativos financeiros não incluídos na alínea anterior e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(f.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Serviços Prestados descritos na alínea n) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos
- Dívidas do pessoal
- Outros devedores

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade. A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Ativos Não Correntes Detidos para Venda.

(g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não é reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(h) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(i) Rubricas do Capital Próprio

(i.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(i.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(i.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

(i.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos) Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

(i.5) Outras variações no capital próprio - subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos de impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem i.e. amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(j) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

A provisão para as responsabilidades com o encerramento dos Aterros está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos;
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Os custos de restauro dos Aterros, em cuja obrigação se incorre com a atribuição das licenças de exploração dos Aterros, fazem parte do custo do ativo fixo intangível correspondente e são amortizados linearmente ao longo da vida útil dos Aterros.

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(l) Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento. De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido

nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(m) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo.

(m.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(m.2) Fornecedores

Os saldos de fornecedores são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

(m.3) Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar, incluem: Credores por acréscimos de rendimentos; Fornecedores de investimento; Dívidas ao pessoal; Outros credores. São registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

n) Vendas e serviços prestados

As Vendas são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data têm nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

(o) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos. Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

(p) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva.

(q) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(r) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Principais julgamentos e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

(b) Provisões para Impostos

A Empresa, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

(c) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(d) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos

utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(e) Taxa de Desconto

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(f) Custo com o encerramento

Com a obtenção das Licenças de Exploração a Ambisousa ficou com a responsabilidade de encerramento dos Aterros, nos termos da legislação em vigor.

A Ambisousa encomendou a uma entidade externa um estudo que, para além da estimativa dos custos associados a esta responsabilidade, também elaborou um plano de encerramento dos Aterros. Com as conclusões deste estudo, foi definido o valor da provisão a realizar para este efeito.

Em 2019 foi adjudicado a “Elaboração dos projetos de selagem dos aterros de Lustosa e Rio Mau”, do qual resulta uma estimativa dos custos associados e por conseguinte levou a uma atualização da provisão já contabilizada. Decorrente deste estudo também resulta uma estimativa do tempo de vida útil dos aterros.

Nota 4. Fluxos de caixa

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	79,68	17297,89
Depósitos à ordem	5.533.414,48	5.941.882,82
Depósitos a prazo	2.500.000,00	2.500.000,00
	8.033.494,16	8.459.180,71

A linha “Outros recebimentos/pagamentos relativos à Atividade Operacional” no montante de 1.219.742,54 Euros, da Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados inclui os diversos impostos liquidados pela Ambisousa, nomeadamente retenções na fonte, taxa SNS, IMI, FCT, etc.

Importante referir que por uma questão de alteração na política de alocação dos pagamentos, entendeu a Ambisousa, EIM considerar os pagamentos à segurança Social na rubrica pagamentos ao pessoal.

Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

Nota 6. Partes relacionadas

Os saldos e transações com estas entidades relacionadas são os seguintes:

a) Saldos

Entidades	2020	2019
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	60.934,11	78.006,19
Câmara Municipal de Paredes	1.188.459,30	768.972,16
Câmara Municipal de Penafiel	1.012.195,52	864.041,25
Câmara Municipal de Paços Ferreira	70.293,43	57.528,52
Câmara Municipal Felgueiras	73.545,31	57.776,15
Câmara Municipal de Lousada	167.941,49	85.372,34
TOTAL	2.573.369,16	1.911.696,61

b) Transações

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Total Líquido 2020
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	123.408,80	0	123.409
Câmara Municipal de Paredes	822.130,44	0	822.130
Câmara Municipal de Penafiel	642.832,96	0	642.833
Câmara Municipal de Paços Ferreira	510.593,61	102,12	510.491
Câmara Municipal Felgueiras	526.040,86	0	526.041
Câmara Municipal de Lousada	427.446,83	23.006,17	404.441
TOTAL	3.052.453,50	23.108,29	3.029.345,21

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Total Líquido 2019
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	104 435,05	3 651,27	100 783,78
Câmara Municipal de Paredes	685 007,37	33 669,56	651 337,81
Câmara Municipal de Penafiel	542 677,74	27 730,15	514 947,59
Câmara Municipal de Paços Ferreira	375 551,44	56 123,25	319 428,19
Câmara Municipal Felgueiras	381 981,06	48 250,77	333 730,29
Câmara Municipal de Lousada	299 431,00	51 030,72	248 400,28
TOTAL	2 389 083,66	220 455,72	2 168 627,94

Nota 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

31-dez-20					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	68.868,25	18.622,50		0,00	87.490,75
Out. ativos intangíveis	3.741.681,30	0,00		0,00	3.741.681,30
Total	3.810.549,55	18.622,50		0	3.829.172,05
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	19.206,93	24.827,52		0	44.034,45
Out. ativos intangíveis	1.062.788,01	728.153,05		0	1.790.941,06
Total	1.081.994,94	752.980,57		0	1.834.975,51
Valor Líquido	2.728.554,61				1.994.196,54

31-dez-19					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	13.000,75	55.867,50		0,00	68.868,25
Out. ativos intangíveis	1.002.108,31	2.739.572,99		0,00	3.741.681,30
Total	1.015.109,06	2.795.440,49		0	3.810.549,55
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	13.000,05	6.206,88		0	19.206,93
Out. ativos intangíveis	1.002.109,01	60.679,00		0	1.062.788,01
Total	1.015.109,06	66.885,88		0	1.081.994,94
Valor Líquido	0,00				2.728.554,61

Os outros ativos intangíveis referem-se, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respectivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil.

Nota 8. Ativos tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

31-dez-20					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos	31.250,00	0,00	0,00	0,00	31.250,00
Edifícios	6.005.036,22	118.927,00	0,00	0,00	6.123.963,22
Equip. básico	4.835.571,95	199.448,86	0,00	0,00	5.035.020,81
Equip. transporte	2.085.316,61	457.738,58	0,00	0,00	2.543.055,19
Equip. administrativo	118.321,74	15.211,27	0,00	0,00	133.533,01
Outros	1.048.434,80	352.119,80	0,00	0,00	1.400.554,60
Investimento em curso	14.625,00	3.900,00	0,00	0,00	18.525,00
Total	14.138.556,32	1.147.345,51	0,00	0,00	15.285.901,83
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos	0,00				0,00
Edifícios	2.849.494,01	381.469,40	0,00	0,00	3.230.963,41
Equip. básico	2.055.907,51	428.323,04	0,00	0,00	2.484.230,55
Equip. transporte	701.111,81	245.530,73	0,00	0,00	946.642,54
Equip. administrativo	104.157,12	8.202,61	0,00	0,00	112.359,73
Outros	1.020.105,90	18.860,17	0,00	0,00	1.038.966,07
Total	6.730.776,35	1.082.385,95	0,00	0,00	7.813.162,30
Valor Líquido	0,00				7.472.739,53

31-dez-19					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos	31.250,00	0,00	0,00	0,00	31.250,00
Edifícios	3.769.197,84	596.855,73	0,00	1.638.982,65	6.005.036,22
Equip. básico	1.924.565,69	77.280,12	0,00	2.833.726,14	4.835.571,95
Equip. transporte	694.319,20	1.390.997,41	0,00	0,00	2.085.316,61
Equip. administrativo	108.828,82	9.492,92	0,00	0,00	118.321,74
Outros	1.036.632,46	8.842,34	0,00	2.960,00	1.048.434,80
Investimento em curso	3.828.436,15	661.857,64	0,00	-4.475.668,79	14.625,00
Total	11.393.230,16	2.745.326,16	0,00	0,00	14.138.556,32
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos					0,00
Edifícios	2.559.145,49	290.348,52	0,00	0,00	2.849.494,01
Equip. básico	1.797.991,60	257.915,91	0,00	0,00	2.055.907,51
Equip. transporte	582.841,46	118.270,35	0,00	0,00	701.111,81
Equip. administrativo	98.757,58	5.399,54	0,00	0,00	104.157,12
Outros	1.014.508,19	5.597,71	0,00	0,00	1.020.105,90
Total	6.053.244,32	677.532,03	0,00	0,00	6.730.776,35
Valor Líquido	5.339.985,84				7.407.779,97

As principais aquisições do ano dizem respeito à aquisição de viaturas pesadas e demais equipamentos para apoio à recolha seletiva.

Principais Aquisições – Recolha Seletiva

	Valor (Eur)
Parque para Pesados - Aterro de Lustosa	53.930,50
Compactador Resíduos Sólidos	119.500,00
Camião DAF CF	184.380,00
Camião DAF CF	184.380,00
Grua p/Camião RENAULT C380 74-XR-98	34.250,00
Grua p/Camião RENAULT C380 74-XR-89	34.250,00
Peugeot 208 1.5HDI 66-ZX-52	20.478,58
Contentores	206.065,40
Ecopontos	145.965,00
TOTAL	983.199,48

Nota 9. Participações financeiras - outros métodos

O Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Sousa deliberou, no dia 25 de janeiro de 2016, a reversão gratuita da quota de 10% que detinha na Pan-Eco para a Ambisousa.

Em 2020 foram recebidos 1.000,00 € de dividendos e em 2019 1.500,00€.

Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc e empreend. conjuntos	31-12-2020	31-12-2019
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc e empreend. conjuntos	1.000,00	1.500,00
	1.000,00	1.500,00

Nota 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

31-12-2020			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais	0	62.733,40	62.733,40
Compras	960,00	446.555,67	447.515,67
Existências finais	0	69.616,32	69.616,32
Custos no exercício	960,00	439.672,75	440.632,75

31-12-2019

Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais	0	55.182,55	55.182,55
Compras	908,00	310.372,01	311.280,01
Existências finais	0	62.733,40	62.733,40
Custos no exercício	908,00	302.821,16	303.729,16

Não existem imparidades registadas em Inventários.

Nota 11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	31-12-2020	31-12-2019
Vendas		
- Reciclados	2.448.030,82	1.781.616,99
Prestação de Serviços		
- Deposição de resíduos	3.046.459,82	2.380.328,31
- Venda Energia Elétrica	476.030,04	481.334,22
- Venda de energia - Fotovoltaico	22.394,80	25.944,10
- Outros serviços	21.548,90	21.498,14
	6.014.464,38	4.690.721,76

O aumento das Vendas está por um lado, relacionado com o aumento dos resíduos recolhidos seletivamente, fruto da distribuição de ecopontos, campanhas de sensibilização e otimização do serviço de recolha e por outro, com o tratamento de recicláveis armazenados devido à Obra de Reformulação dos Centros de Triagem.

O aumento da rubrica de Deposição de Resíduos deve-se essencialmente ao facto de a partir de fevereiro de 2020 a Ambisousa ter iniciado o serviço de recolha seletiva em todos os Municípios. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, no seu artigo 16.º dispõe a obrigatoriedade de aplicação de uma tarifa única para todos os serviços a prestar pela Ambisousa. Neste sentido e de acordo com um estudo de viabilidade e trajetória tarifária elaborado no âmbito do contrato de gestão delegada, passou a ser cobrada a tarifa única, que é cobrada sobre os resíduos indiferenciados (os resíduos seletivos não estão sujeitos a tarifa).

Nota 12. Imposto sobre o rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2020	31-12-2019
Imposto corrente	30.740,32	152.130,27
Imposto diferido	0,00	0,00
	30.740,32	152.130,27

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2020	2019	2020	2019
Resultados antes de impostos	99.861	727.256		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	20.971	152.724	21,00%	21,00%
Excesso estimativa para impostos	0	192		
Depreciação e amortizações tributadas em anos anteriores	0	2.909		
Resultados de associadas	1000	1500		
Benefícios fiscais	5.925	12.606		
Donativos	750	900		
Correções relativas a exercícios anteriores e reversão do desconto da provisão	24.744	5		
Amortizações não aceites	0	832		
Outros	3072	1195		
Lucro tributável	121.502	712.981		
Imposto calculado	25.515	149.726		
Tributação autónoma	5.225	2.404		
Imposto sobre o rendimento	30.740	152.130	30,78%	20,92%

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas de Balanço (Nota 14.7)		Contas de Resultados		Outras rubricas de Capital Próprio (Nota 14.7)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Impostos diferidos ativos						
Provisão não aceite fiscalmente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos diferidos passivos						
Passivos por impostos diferidos	687.281	630.275	0,0	0,0	687.281	630.275

Nota 13. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte.

31-dez-20					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Selagem Aterros	5.763.374,74	23.629,83	0,00	0,00	5.787.004,57
Outras provisões	148.786,00	0,00	0,00	0,00	148.786,00
Total	5.912.160,74	23.629,83	0,00	0,00	5.935.790,57

31-dez-19					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Selagem Aterros	3.141.217,74	0,00	2.739.572,99	117.415,99	5.763.374,74
Outras provisões	148.786,00	0,00	0,00	0,00	148.786,00
Total	3.290.003,74	0,00	2.739.572,99	117.415,99	5.912.160,74

As provisões registadas pela Empresa referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos em rubricas do Balanço, para além das quantias apresentadas nas contas de Provisões.

A política contabilística adotada no caso de dispêndios de longo prazo referentes ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento encontra-se descrita na alínea j) do parágrafo 3.1. Face ao critério utilizado, encontra-se refletida nas contas de provisões a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo. Em 2020, reverteu-se o montante do desconto relativo ao período de 2020.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são as indicadas no quadro seguinte:

Provisão para matérias ambientais	2020		2019	
	Lustosa	Rio mau	Lustosa	Rio mau
Quantia não descontada do passivo de longo prazo ao restauro dos locais de encerramento e desmantelamento	3.765.809	2.044.825	3.766.576	2.042.335
Taxa de desconto	0,41%	0,41%	0,41%	0,41%
Valor do desconto	15.314	8.316	31.396	14.141
	3.750.494	2.036.509	3.735.180	2.028.194
Data estimada de encerramento dos aterros	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022

Nota 14. Ativos financeiros

Nota 14.1 Clientes

Clientes	31-12-2020	31-12-2019
Clientes c/ gerais-merc. Nacional	3.253.902,40	2.378.176,88
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total de Clientes	3.253.902,40	2.378.176,88

Mapa de Antiguidade de Saldos

31-12-2020						
	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	995.119,32	752.019,72	1.136.150,47	312.877,41	57.735,48	3.253.902,40

31-12-2019						
	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	986.992,81	656.724,66	614.324,87	116.289,04	3.845,50	2.378.176,88

Cerca de 80% dos saldos a receber dizem respeito a partes relacionadas, cujo detalhe pode verificar-se na Nota 6. A antiguidade dos saldos é essencialmente relativa aos Municípios.

O Conselho de Administração entende que os saldos são totalmente recuperáveis, tendo em reunião de 16 de março de 2021, deliberado encetar todos os esforços no sentido de se recuperar este atraso durante o primeiro semestre de 2021. É forte convicção do Conselho de Administração que estas medidas permitirão assegurar a sua recuperação sem perdas dos referidos saldos.

Em 2021 os Municípios liquidaram o montante de 783.014,67€.

Nota 14.2 Outras contas a receber

Outros Créditos a Receber	31-12-2020	31-12-2019
Outros devedores e credores	2.563,12	2.025,21
- Outras entidades	2.025,21	2.025,21
	2.563,12	2.025,21

Nota 14.3 Fornecedores

Fornecedores	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/gerais	313.068,75	460.749,31
	313.068,75	460.749,31

Nota 14.4 Outras dividas a pagar

Outras Dividas a Pagar	31-12-2020	31-12-2019
<u>Credores p/ acréscimos de Gastos</u>		
Remunerações a liquidar	211.772,31	153.349,07
Contrapartida dos Municípios	0,00	220.455,71
Outros credores p/ acréscimos	209.445,77	187.221,21
<u>Credores Diversos</u>		
Projeto "Tampinhas & Embalagens"	231.124,11	240.276,41
Autoridade Nacional de Resíduos	1.477.041,93	1.290.282,05
Fornecedores de Investimentos	612.341,42	748.374,73
Fundo Ambiental	30.000,00	0,00
Outros Credores Diversos	338.124,58	218.853,74
	3.109.850,12	3.058.812,92

Verificou-se em 2020 o término do pagamento da rubrica “Contrapartida dos Municípios” dado que a Ambisousa passou a efetuar o serviço de recolha seletiva na totalidade dos Municípios.

O aumento da conta “Outros credores p/ acréscimos” deve-se, essencialmente à contabilização da estimativa da Taxa de Gestão de Resíduos – Não Repercutível a pagar em relação ao período 2018-2020, no montante de 157.172 €, por incumprimento das metas estabelecidas para a Ambisousa.

No âmbito do PERSU 2020, são definidas metas relativamente à gestão de resíduos aplicáveis à Ambisousa, atendendo a que a Ambisousa não conseguiu cumprir as metas estabelecidas para o período 2018-2020, estima-se a cobrança de uma Taxa de Gestão de Resíduos – Não Repercutível no montante estimado de 276.547€ (segundo a metodologia definida na legislação em vigor - Lei 82-D/2014). A Ambisousa já tinha contabilizado o valor de 119.375€ em 2019 para a penalidade prevista para este período, de acordo com a estimativa ao fecho de contas de 31 de dezembro de 2019.

Nota 14.5 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e realizado e é decomposto como segue:

		Capital Subscrito	Capital Realizado
		31-12-2020	31-12-2020
Associação de Municípios do Vale do Sousa	100%	600.000,00	600.000,00

O capital encontra-se integralmente realizado estando representado por 600.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Nota 14.6 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

Capital Próprio	31-12-2020	31-12-2019
Reservas		
Reservas Legais	736.512,70	679.000,17
Outras Reservas		
Reservas Livres	5.523.206,69	5.523.206,69
Reserva para Investimentos Futuros	2.235.528,66	1.717.915,93
	8.495.248,05	7.920.122,79

Nota 14.7 Outras Variações do Capital Próprio

Movimentos do subsídio	31.12.2019	Aumentos	Reversões (nota 15.5)	31.12.2020
Candidatura Plataforma	-81.475,00	0,00	44.615,98	-36.859,02
Reformulação Centro de Triagem e Estação de Triagem	-2.918.275,75	-422.617,02	367.642,73	-2.973.249,15
Ecocentros Móveis	0,00	-276.462,50	15.362,50	-261.100,00
	-2.999.750,75	-699.079,52	427.621,21	-3.271.208,17

Passivos por Impostos diferidos	31.12.2019	Recebimento	Reversão	31.12.2020	31.12.2020 (Subsídio + ID)
Candidatura Plataforma	-17.958,00	0,00	9.371,00	-8.587,00	-28.272,02
Reformulação Centro de Triagem e Estação de Triagem	-612.318,00	88.749,57	77.204,70	-623.862,87	-2.349.386,28
Ecocentros Móveis	0,00	58.057,13	3.226,13	-54.831,49	-206.268,51
	-630.275,11	146.806,70	89.801,83	-687.281,36	-2.583.926,81

O aumento desta rubrica está relacionado, essencialmente com o recebimento do subsídio ao investimento não reembolsável das candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

A Ambisousa viu aprovada em 2016 uma segunda candidatura para “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050). Esta candidatura consiste na reformulação das atuais estações de triagem de Lustosa e Penafiel e visa canalizar fluxos diferenciados da recolha seletiva para cada uma das instalações, tendo em vista a otimização e o reforço das estações de triagem. Nesta candidatura está prevista a “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel” e o reforço e densificação da atual rede de ecopontos em 461 unidades. O custo total do investimento previsto é de 6.392.978 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 5.218.942,63 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Em 31/07/2019 foi aprovada a candidatura “Projetos inovadores - ecocentros móveis” (POSEUR-03-1911-FC-000184) que tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis (têxteis, jornais e revistas, madeiras, pilhas e suportes multimédia) na área de intervenção da AMBISOUSA, a efetuar através de recolha itinerante (Ecocentros Móveis) que, concomitantemente, assegurará também a recolha seletiva 3F, em particular em zonas não servidas pela atual rede de ecopontos. O custo total do investimento previsto é de 360.700 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 85%.

Nota 14.8 Garantias prestadas

As garantias prestadas estão espelhadas no seguinte quadro:

Beneficiário	Prestada por:	Finalidade	2020	2019
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 3/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 01/2010/CCDRN	15.875,17	15.875,17
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na renovação da Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	134.000,00	134.000,00
Total			187.375,17	187.375,17

Nota 15. Outras informações

Nota 15.1 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Saldos a pagar	31-12-2020	31-12-2019
Imposto s/ o Rendimento		65.998,70
Retenção de imp. s/ rendimento	5.666,42	3.171,96
Contribuições p/ a Seg. Social	39.637,03	23.726,31
	45.303,45	92.896,97

Saldos a receber	31-12-2019	
Imposto s/ o Rendimento	109.961,87	0
Imposto s/Valor acrescentado	801.997,20	566.700,94
	911.959,07	566.700,94

Nota 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

Diferimentos	31-12-2020	31-12-2019
Seguros	90.461,89	9.583,42
Outros gastos a reconhecer	902,13	902,13
	91.364,02	10.485,55

Nota 15.3 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2020	31-12-2019
Trabalhos especializados	968.278,09	1.120.332,67
Publicidade e propaganda	18.082,10	57.834,11
Vigilância e segurança	152.162,18	148.741,17
Honorários	10.240,00	20.730,00
Conservação e reparação	591.771,85	257.885,47
Outros serviços	43.797,28	32.604,21
Materiais	55.252,67	133.613,96
Energia e Fluidos	100.712,18	83.248,81
Rendas e Alugueres	19.047,40	35.627,18
Comunicações	6.333,33	7.740,76
Seguros	96.457,27	77.373,21
Outros serviços Diversos	23.423,58	17.526,31
	2.085.557,93	1.993.257,86

O aumento da Rubrica “Conservação e reparação” está relacionada com o aumento do parque de viaturas da Ambisousa, essencialmente relacionado com a nova atividade de recolha seletiva. Também foi realizada uma grande intervenção de manutenção na Central de Valorização Energética de Lustosa.

*Decomposição dos trabalhos especializados:

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Tratamento de Lixiviados	500.404,35	492.925,02
Controlo analítico dos Aterros	22.180,72	40.192,16
Produção de Energia Lustosa	221.077,42	224.950,38
Apoio aos Municípios	8.178,59	187.039,07
Consultoria	76.315,59	68.319,78
Serviços diversos	140.121,42	106.906,26
TOTAL	968.278,09	1.120.332,67

Dentro dos trabalhos especializados que na generalidade sofreu um decréscimo face a 2019 para as rubricas em análise, as maiores oscilações encontram-se na rubrica “Apoio aos Municípios” com o final das contrapartidas prestadas aos mesmos.

Nota 15.4 Gastos com pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	1.314.371,41	827.898,00
Encargos Sociais	283.013,10	176.285,02
Seguro de Saúde	85.986,59	56.141,19
Outros gastos com o pessoal	86.082,87	60.547,52
	1.769.453,97	1.120.871,73

Os Órgãos Sociais da Ambisousa não são remunerados.

O aumento dos custos de pessoal deve-se essencialmente ao acompanhamento do salário mínimo nacional e ao aumento do número de funcionários nomeadamente os necessários para o início da nova atividade da Recolha Seletiva.

O número de pessoas ao serviço da empresa é o seguinte:

	2018	2019	2020	Variação 19/20
Contratados sem termo	37	45	67	+22
Contratados a termo incerto	1	1	0	-1
Contratados a termo certo	12	39	38	-1
Contrato de trabalho em comissão de serviços	1	2	1	-1
TOTAL	51	87	106	+19

Nota 15.5 Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos Suplementares	0,00	58.441,15
Imputação de Subsídio	427.621,21	202.488,46
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	21.077,54
Outros	2.116,82	1.746,28
Juros Obtidos	4.151,79	10.852,38
	433.889,82	294.605,81

Nota 15.6 Outros gastos e perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	31-12-2020	31-12-2019
Impostos	191.169,36	138.430,65
Quotizações	12.270,00	11.000,00
Correções relativas a períodos anteriores	1.114,22	5,06
Reversão do desconto da Provisão da Selagem	23.629,83	0,00
Outros custos	1.824,06	4.242,49
	230.007,47	153.678,20

O aumento da rubrica dos Outros Gastos e Perdas, deve-se, essencialmente à contabilização da nova estimativa da Taxa de Gestão de Resíduos – Não Repercutível a pagar em relação ao ano 2020, no montante de 157.172 €, por incumprimento das metas estabelecidas para a Ambisousa.

Nota 15.7 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos de depreciação e amortização	31-12-2020	31-12-2019
Ativos tangíveis	1.082.385,95	677.532,03
Ativos intangíveis	752.980,57	66.885,88
	1.835.366,52	744.417,91

Nota 15.8 Subsídios à exploração

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsídios à Exploração	31-12-2020	31-12-2019
Candidatura POSEUR 120- Ações de Educação e sensibilização para valorização de Resíduos urbanos	11.565,17	56.382,82
	11.565,17	56.382,82

A candidatura das “Ações de Educação e Sensibilização com vista à valorização de resíduos” foi aprovada pelo POSEUR em 2017, integrando um “Plano das ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos”. Esta candidatura, com um custo total de 117 000€, foi apoiada em 85% pelo POSEUR, o que significa que a Ambisousa apenas terá de suportar 17 550€.

Nota 15.10 Outros investimentos financeiros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	9.244,69	3.470,58
	9.244,69	3.470,58

Nota 16. Acontecimentos após a data do balanço

A data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração foi 16 de março de 2021. Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 17 - Litígios e Contingências

A 31.12.2020 não existem litígios ou contingências com qualquer encargo para a Ambisousa.

Nota 18 – Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do exercício de 2020, que ascendeu ao valor de 69.120,74 €, seja dada a seguinte aplicação:

- 10 % para Reserva Legal, na quantia de 6.912,07 €;
- A quantia remanescente, no valor de 62.208,67 €, seja aplicado na conta “Reserva para Investimentos Futuros”.

Nota 19 – Informações exigidas por diplomas legaisArt.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Ambisousa, EIM., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Ambisousa, EIM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 20 – Outros Assuntos

Considerando o dinamismo da evolução epidemiológica do Covid-19 que rapidamente passou a ser classificada como uma pandemia à escala global e cujo impacto económico em Portugal, Europa e no Mundo, foi relevante e não é possível nesta fase aferir ou inferir corretamente a extensão do impacto que este constrangimento terá no exercício de 2021 e seguintes.

No exercício de 2020 o impacto económico verificado foi positivo, ou seja, houve um aumento de resíduos produzidos (aumento de deposição de resíduos e aumento da reciclagem) e consequente aumento do volume de

negócios. O impacto operacional sentido na atividade da empresa foi mínimo, tendo a empresa recorrido ao teletrabalho quando o mesmo foi recomendado e efetuado os ajustamentos necessários para garantir a segurança dos trabalhadores.

Face aos desafios futuros em matéria de resíduos, nomeadamente a pouca capacidade disponível em aterro sanitário, o elevado aumento da Taxa de Gestão de Resíduos (passando de 11€/ton em 2020 para 22€/ton em 2021) e a obrigatoriedade de os municípios recolherem seletivamente a fração de biorresíduos após 31/12/2023, a Ambisousa encontra-se atualmente a desenvolver um estudo com vista à implementação no Vale do Sousa de uma unidade de valorização orgânica por digestão anaeróbia. A referida unidade evitará a deposição direta dos resíduos em aterro sanitário, permitindo a separação dos resíduos recicláveis, o encaminhamento de resíduos verdes para tratamento biológico/compostagem, a disponibilização de um destino adequado para os Biorresíduos recolhidos seletivamente e a produção de energia elétrica renovável no processo. A Ambisousa, em colaboração com a Secretaria de Estado do Ambiente, encontra-se também a analisar a viabilidade de financiamento comunitário desta unidade.

Lousada, 16 de março de 2021

O Contabilista Certificado nº 79070

O Conselho de Administração,

Imprima este Relatório a preto
e branco e em papel reciclado.

O Ambiente agradece!

ambisousa® 

**Empresa intermunicipal de Tratamento
e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM**

Av. Sá e Melo, n.o. 30, Cristelos
4620-009, Lousada

www.ambisousa.pt